

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

LUCIANA BRANDÃO

**O DISCURSO SOBRE A POBREZA NA REVISTA *VEJA*: UMA ANÁLISE DO
TEXTO *O PARADOXO DA MISÉRIA***

**JARDIM-MS
2011**

LUCIANA BRANDÃO

**O DISCURSO SOBRE A POBREZA NA REVISTA *VEJA*: UMA ANÁLISE DO
TEXTO *O PARADOXO DA MISÉRIA***

Trabalho de Conclusão, apresentado ao Curso de Letras,
Habilitação Português/Inglês, pela UEMS-Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Jardim,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciada em Letras.

Orientadora: Profª. MSc. Rosemere de Almeida Agüero .

**JARDIM- MS
2011**

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente/Orientador: Prof^ª. MSc Rosemere de Almeida Agüero

1º Examinador: Prof^ª Dr^a Sandra Cristina de Souza

2º Examinador: Prof. MSc Clemilton Pereira dos Santos

APROVADO EM: ____/____/____

FICHA CATALOGRÁFICA

BRANDÃO, Luciana. “**O Discurso sobre a pobreza na revista *Veja*: uma análise do texto *O paradoxo da miséria* ”. Jardim: UEMS, 81 p. 2011.**

Bibliografia

Monografia de Graduação – Curso de Letras; Habilitação Português-Inglês – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

1. Análise do Discurso

2. Linguagem

3. Miséria

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias desse trabalho de Conclusão de Curso somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Luciana Brandão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças, saúde, inteligência e coragem para alcançar meu objetivo.

À minha querida mãe, *Anna Lúcia de Freitas Brandão*, por ter me proporcionado a existência, nesta vida, e por ter me tornado o ser humano que sou.

Aos meus avós (*in memoriam*), com amor e carinho presto-lhes uma homenagem, por tudo que sou e ainda serei.

Aos meus ex-mestres, Claudinei da S. Cacho, Clemilda C. Canto, Cristiane C, Silveira, Jucilene A. Saltiva, Lúcia Tsujiguchi, Nádima R.M. Benites, Rodrigo Souza, da *Escola Estadual Antônio Pinto Pereira*, do curso EJA, do período noturno, do ano de 2006 a 2007, por terem contribuído com a realização deste sonho.

Ao *Dr. Fernando Freitas e Sr^a Lisete M. Freitas* o meu reconhecimento, carinho e gratidão por terem colaborado para a realização desta conquista.

A minha amiga *Glaura* que, durante todo o Curso de Letras, sempre esteve a meu lado, me apoiando e incentivando sempre.

Ao *Eduardo*, querido como a um filho, destes longos anos fica a saudade e o carinho dos encontros de todos os dias

À professora MSc. *Rosemere de Almeida Agüero*, pela amizade, que ao longo desses quatro anos, sempre tive como exemplo de vida a seguir. Obrigada por ser minha mestre querida e orientadora neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos colegas do *Curso de Letras*, de 2008, cujos momentos passados juntos, sejam de alegrias ou tristezas, deixaram boas lembranças.

Aos docentes da *Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul*, que contribuíram para o Crso de Letras de 2008.

Minha eterna gratidão e reconhecimento às pessoas cuja contribuição tornou possível a realização deste trabalho.

Dedico este trabalho a minha mãe, *Anna Lúcia de Freitas Brandão*, exemplo de mulher e de mãe e a quem eu amo incondicionalmente.

As raízes do estudo são amargas, mas seus frutos são doces. (Aristóteles)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado *O discurso sobre a pobreza na revista Veja: uma análise do texto 'O paradoxo da miséria'*, tem como objetivo central entender, através das regularidades discursivas e imagens fotográficas, presentes no texto, como é construído um discurso sobre a exploração e a miséria infantil, pela mídia impressa brasileira, representada pela revista *Veja* (2002), considerando-se os aspectos ideológicos e o momento histórico contemporâneo à publicação da revista. Traz como aporte teórico a *Análise do Discurso de Linha Francesa*, AD. O *corpus* desta pesquisa é constituído pelo texto *O paradoxo da miséria*, publicado pela revista *Veja*, nº 03, em janeiro de 2002. Ao abordarmos o tema da miséria no Brasil e suas repercussões na infância, reconhecemos a inegável influência que a mídia televisiva exerce sobre a formação da opinião pública. Por isso, estabelecemos a seguinte pergunta que concentra a problemática da investigação: *Como a revista Veja constrói o discurso sobre a pobreza que evidencia a miséria infantil, a partir da matéria publicada em 2002, intitulada O paradoxo da miséria ?* A metodologia utilizada considera o falante e sua posição social. A análise é deslocada para fora das enunciações identificando os sistemas que asseguram o seu aparecimento, bem como os efeitos de sentido estabelecidos, responsáveis por todo um processo de significação. O discurso é pensado como um *acontecimento* que constrói aquilo de que fala, e é tratado na perspectiva de vincular-se às práticas discursivas que descrevem o que pode e deve ser dito, em determinada situação. A análise desenvolve-se a partir de um conjunto de enunciados, recortados do *corpus* escolhido, compreendidos como acontecimentos singulares. Nessa perspectiva, adotamos o conceito de recorte concebido por Orlandi (1984, p. 14), como um “fragmento da situação discursiva”. O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo denominado “Pressupostos teóricos da análise do discurso da linha francesa” é dedicado a explicitar os principais conceitos da AD. O capítulo dois, “Condições de produção do discurso sobre a infância”, investiga as condições de produção relacionadas ao processo histórico-ideológico em que se dá o aparecimento do conceito de infância, tal como entendido nas modernas sociedades contemporâneas. O terceiro capítulo denominado “O discurso sobre a miséria infantil na perspectiva do texto *O Paradoxo da miséria*” é direcionado à análise da reportagem, na perspectiva da pergunta de pesquisa e dos objetivos traçados no estudo. As análises nos mostram que a revista *Veja* articula e direciona as formas de pensar do seu leitor, relacionando complexas estratégias enunciativas a imagens que perturbam. O tratamento dado à temática, pela revista, é feito a partir de uma construção selecionada de imagens e discursos, que exibem uma única faceta da realidade social, a do locutor, que constrói a notícia por meio da fragmentação do real, por meio da comparação com outra realidade, completamente heterogênea, que é a miséria africana. Nessa tarefa, o locutor articula, de um lado, as imagens que interpelam o telespectador pelo sensível, evocando os dramas pessoais de crianças, e, de outro, os discursos impregnados de uma ideologia presente em *vozes autorizadas* pelo poder. Esperamos, a partir desta pesquisa, ter contribuído para elucidar as práticas discursivas que dialogam na sociedade contemporânea.

Palavras- Chave: Análise do Discurso – Infância - Miséria

ABSTRACT

In this work, The discourse on poverty in *Veja* magazine: an analysis of the text 'The paradox of poverty', whose main goal is to understand, through the discursive regularities and photographic images in the text, it is constructed as a discourse on exploitation and child poverty, in Brazilian media, represented by *Veja* magazine (2002), considering the ideological aspects of contemporary historical moment and the publication of the magazine. Brings theoretical support to Discourse Analysis French Line, DA. The corpus of this work is the text *The paradox of poverty*, published by *Veja* magazine, 03 Jan. 2002: Print. Approaching the Issue of poverty in Brazil and its effects on childhood, we recognize the undeniable influence that television media has on shaping public opinion. Therefore, we established the following question that focuses the research problem: How *Veja* magazine write about poverty and shows child poverty in the article published in 2002, *The paradox of poverty*? The methodology considers the speaker and his social position. The analysis is shifted out of the pronouncements by identifying the systems to assure their appearance as well as the effects of established order, responsible for a process of signification. The speech is thought of as an event that builds what they speak, and is treated from the perspective of linking to the discursive practices that describe what can and should be said, in a given situation. The analysis is developed from a set of statements, cut the corpus chosen, understood as singular events. From this perspective, we adopted the concept of clipping developed by Orlandi (1984, p. 14) as a "fragment of the discursive situation." The work is structured in three chapters. First is "Theoretical assumptions of discourse analysis of the French line", it is about to explaining the core concepts of DA. Chapter two, "Conditions for the production of discourse about childhood," investigates the conditions of production related to historical and ideological process that gives the appearance of the concept of childhood, as understood in modern contemporary societies. The third chapter, "The discourse on child poverty in the perspective of *The Paradox of poverty*" is directed to the analysis of the story by research perspective, question and objectives outlined in the study. This work shows that in *Veja* magazine articulates and directs the ways thinking of its reader, relating complex strategy set out the disturbing images. The treatment of the issue, the journal is made from a selected building images and discourses, which display a single facet of the social reality of the speaker, which builds the news through the fragmentation of the real, by comparing with another reality, quite heterogeneous, which is the African misery. In this task, the speaker articulates on the one hand, images that challenge the viewer by sensitive, evoking the personal problems of children, and other hand, the discourses has an ideology authoritative voices. Hopefully, this work has contributed to elucidate the discourses in the contemporary society.

Keywords: Discourse Analysis – childhood - misery

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – PRESUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DA LINHA FRANCESA	15
1.1 Influências teóricas na construção da Análise do Discurso	15
1.2 As três fases da AD	17
1.3 Língua, Linguagem, Discurso e Sentidos	18
1.4 A questão do sujeito	21
1.5 Ideologia, Memória e Formações Imaginárias	22
1.6 O Interdiscurso	24
1.7 Formação Discursiva	25
1.8 As várias heterogeneidades	26
1.9 Condições de produção: Sentido Lato e Estrito	29
CAPÍTULO II - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA	31
2.1 Condições de produção em sentido lato	31
2.2 O colégio – instituição disciplinar	34
2.3 A infância carente no Brasil a partir do século XX	36
CAPÍTULO III- O DISCURSO SOBRE A MISERIA INFANTIL NA PERSPECTIVA DO TEXO <i>O PARADOXO DA MISÉRIA</i>	43
3.1 Condições de produção no texto – <i>O paradoxo da miséria</i>	43
3.2 O Sentido estrito do texto	43
3.3 Os enunciados presentes no <i>corpus</i>	45
3.4 O discurso não verbal na reportagem <i>O paradoxo da miséria</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como aporte teórico a Análise do Discurso de Linha Francesa. Trata sobre o tema da miséria no Brasil e suas repercussões na infância. Traz como título *O discurso sobre a pobreza na revista Veja: uma análise do texto 'O paradoxo da miséria'*.

A opção pelo tema deve-se a uma tentativa de compreender, através do estudo ora apresentado, como o discurso sobre a miséria no Brasil é construído pela imprensa escrita brasileira, a partir da análise de um dos seus veículos de maior penetração nacional, a revista *Veja*, publicação midiática que exerce inegável influência na construção da opinião pública deste país.

Outra razão para o estudo deste tema é que o discurso da mídia impressa, em face de sua contemporaneidade, reproduz o momento sócio-histórico vivido pelos brasileiros, (crianças, jovens e adultos), produto de práticas discursivas e ideológicas, dispersas em todo o campo social, reproduzidas de forma injusta pela sociedade, ao longo dos anos.

Nesse sentido, pretende-se, a exemplo de outros trabalhos publicados, tais como *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*, de Ramos (2006, p. 19-54), *Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista*, de Rafael Chambouleyron (2006, p. 55-83) e *A vida das crianças de elite durante o Império*, de Ana Maria Mauad (2006, p. 137-176), contribuir para a reflexão acerca do discurso sobre a exploração e a miséria infantil no país a partir da análise das materialidades simbólicas de significação, presentes no texto *O paradoxo da miséria*, que envolvem as imagens recortadas e a linguagem verbal veiculadas pela revista *Veja*, aqui considerada como representativa da mídia impressa nacional.

A construção dessas materialidades é observada como um fenômeno intermediado por complexas relações sociais, em que está presente a história, a ideologia, as relações de força, o poder e o saber que dão origem a discursos disseminados por toda a sociedade. Desse modo, o discurso da revista *Veja*, neste estudo, é observado como uma expressão do exercício de poder, na sociedade contemporânea.

Nesse sentido é relevante uma pesquisa que busca observar as práticas discursivas que interferem na formação da opinião pública, a partir de um *corpus* constituído pelo texto *O*

paradoxo da miséria, publicado pela revista *Veja*, n.03 em janeiro de 2002.

Para realização deste estudo, o critério foi selecionar uma reportagem investigativa sobre o tema miséria no Brasil, na qual a criança é o principal sujeito relatado dentro desse contexto. Reconhecendo a inegável influência que a mídia televisiva exerce sobre a formação da opinião pública, estabelecemos a seguinte pergunta que concentra a problemática da investigação: *Como a revista Veja constrói o discurso sobre a pobreza que evidencia a miséria infantil, a partir da matéria publicada em 2002 intitulada O paradoxo da miséria ?*

Esta pergunta norteia diretamente este estudo, cujo objetivo geral é compreender através das regularidades discursivas e imagens fotográficas, presentes no texto, como é construído um discurso sobre a exploração e a miséria infantil pela mídia impressa brasileira, representada pela revista *Veja*, considerando-se os aspectos ideológicos e o momento histórico.

Em relação aos objetivos específicos, pretende-se: a) Analisar os efeitos de sentidos construídos no texto, a partir de *recortes* efetuados no *corpus*; b) apontar as relações de poder presentes nos discursos, a partir dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos; c) descrever processos de interpelação ou subjetivação do sujeito falante pelo sujeito ideológico, presentes nos discursos; d) estudar fatores de heterogeneidade, assim como os interdiscursos que atravessam as práticas discursivas, presentes nos dados, apontando a incidência de elementos pré-construídos, oriundos de formulações de natureza histórico-ideológica.

O trabalho de análise será feito a partir de *recortes* efetuados no *corpus*, mediante a posição teórica adotada e a pergunta de pesquisa a ser respondida. Nessa perspectiva, adotamos o conceito de recorte concebido por Orlandi (1984, p. 14), como um “fragmento da situação discursiva”.

O tratamento do tema tem como suporte teórico principal a AD na perspectiva de Michel Pêcheux. A partir das reflexões do filósofo francês buscaremos evidenciar que o discurso divulgado na Revista *Veja* é atravessado por práticas discursivas historicamente construídas e intervenções do poder, no âmbito das relações de forças sociais.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise do *corpus* consideram o falante e sua posição social. Por isso, a análise é descolada para fora das enunciações identificando os sistemas que asseguram o seu aparecimento, bem como os efeitos de sentido estabelecidos, responsáveis por todo um processo de significação. O discurso é pensado como

um *acontecimento* que constrói aquilo de que fala, e é tratado na perspectiva de vincular-se às práticas discursivas que descrevem o que pode e deve ser dito, em determinada situação. A análise desenvolve-se a partir de um conjunto de enunciados efetivamente produzidos, recortados do *corpus* escolhido, compreendidos como acontecimentos singulares. Nesse sentido, investigar os discursos é observar as articulações em torno das relações discursivas ou regularidades discursivas. Considera-se também o estatuto do falante, concebendo o sujeito como uma posição que ocupa no campo social, assim como os âmbitos institucionais de onde enuncia.

Respeitamos, nos procedimentos de análise, os passos do grande projeto teórico-metodológico da AD, construído por Pêcheux, Foucault e Bakhtin, que nos orienta a analisar as articulações entre a linguagem e a história, atribuindo relevância aos fenômenos interdiscursivos. A partir desse viés, interpretamos os efeitos de sentidos presentes nas materialidades discursivas e os princípios de controle relacionados ao poder.

Pela natureza do objeto, este estudo privilegia a interdisciplinaridade.

O conceito de discurso utilizado neste trabalho é o postulado por Pêcheux (2002, p. 16), como “[...] estrutura e como acontecimento[...]”.

Este estudo está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo denominado “Pressupostos teóricos da análise do discurso da linha francesa” é dividido em alguns itens, focalizando a teoria da AD francesa, especialmente os conceitos de Língua, linguagem, sujeito, ideologia, formações discursivas, memória, dentre outros, que darão suporte à análise.

O capítulo dois intitulado “Condições de produção do discurso sobre a infância”, investiga as condições de produção em sentido lato relacionadas ao processo histórico-ideológico em que se dá o aparecimento do conceito de infância, tal como entendido nas modernas sociedades contemporâneas. O capítulo aborda a descoberta do conceito de infância, traçando um paralelo entre a instituição escolar, em sua formação inicial e a necessidade de trabalho entre as crianças pobres, sem o apoio das políticas públicas brasileiras, baseando-se em autores como Ariès (1981) e Del Priore (2006).

O terceiro capítulo denominado “O discurso sobre a miséria infantil na perspectiva do texto *O Paradoxo da miséria*” é direcionado à análise da reportagem, na perspectiva da pergunta de pesquisa e dos objetivos traçados no estudo.

As considerações finais retomam os objetivos principais e a pergunta de pesquisa buscando respondê-las.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD)

Neste capítulo serão abordadas as influências e contribuições da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise para a Análise do Discurso (AD), suas principais fases e os conceitos relevantes para a atual pesquisa, tais como a noção de língua, sujeito, discurso, sentido, ideologia, memória, formações imaginárias e discursivas, interdiscurso e as heterogeneidades, conforme os autores: Pêcheux (2002, 2009), Mussalim (2004), Maingueneau (1997), Orlandi (2005), Cardoso (1999), dentre outros.

1.1 Influências teóricas na construção da Análise do Discurso - AD

Segundo Orlandi (2005, p. 19), a Análise do Discurso – AD - surgiu na França, na década de 1960, do século XX, a partir da contribuição de três domínios disciplinares. O primeiro domínio está relacionado à disciplina Linguística que contribui com a nova teoria, ao postular a não-transparência da linguagem, traçando como objetivo próprio, a língua, que apresenta uma ordem própria.

Para a autora (Idem), na AD a língua possui uma ordem própria, mas é relativamente independente. O sujeito da linguagem é descentrado, não tendo controle sobre o modo como o real da língua o afeta.

Mussalim (2004, p. 102), afirma que o projeto da AD originou-se sobre o horizonte do Marxismo, seguindo o objetivo político da Linguística, como uma área capaz de garantir o ato científico dos estudos. A partir dos estudos linguísticos foi possível analisar melhor alguns dos fundamentos principais que compõem a AD, tais como as relações enunciativas entre os interlocutores, os processos semânticos e as organizações do discurso.

Outra contribuição importante na constituição da Análise do Discurso é a do Marxismo, que dentre outras coisas, explica situações onde o sujeito participa como membro de uma sociedade dividida em classes sociais. Assim, esse sujeito assume diferentes papéis, conforme o contexto de atuação social, pois cada situação lhe exige um comportamento, um estilo, um discurso diferenciado.

Em relação à contribuição da Psicanálise, Mussalin (2004, p. 107), se limita a abordar o pensamento lacaniano afirmando ser de fundamental importância para a fundação da AD. O psicanalista Lacan faz uma releitura dos estudos de Freud. Na tentativa de abordar o inconsciente de forma mais precisa recorreu ao Estruturalismo linguístico, concordando que o inconsciente analisa como a linguagem, funcionando como uma cadeia de significantes se repete e interfere no discurso efetivo, parecendo existir sempre um discurso atravessando o outro. Nesse sentido o sujeito é visto como uma representação que se expressa em diversos discursos, tais como no discurso do pai, do filho, do padrão, etc.

Ao receber todas essas contribuições, a AD passa a interrogar a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, perguntando, ao mesmo tempo, ao Marxismo sobre o caráter simbólico e entendendo a Psicanálise a partir do seu trabalho com a ideologia materialmente relacionada ao inconsciente.

De acordo com Maingueneau (1997, p.12), o discurso é modificado conforme suas referências à Psicologia, à História, à Lógica etc., desse modo uma Análise do Discurso pode retirar parte de seus conceitos da Psicologia, mas adotará uma configuração diferente, a partir de uma diversificação simétrica das relações entre as várias escolas.

Conforme o autor (Idem, p. 13), a AD relaciona-se com textos produzidos no quadro de instituições que restringem a enunciação, cristalizando conflitos históricos, sociais, em um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado. Dessa forma a AD tem como ponto principal de estudos a noção do sujeito e da interdiscursividade analisando as contribuições da História e da ideologia.

Segundo Mussalin (2004, p.105), o projeto dessa teoria surgiu através dos estudos do filósofo francês Michel Pêcheux, o qual, além de entender o sujeito e os sentidos como históricos e ideológicos, desenvolveu um pensamento crítico a respeito da Linguística. Desse modo, o principal objetivo da AD é compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando gestos de interpretação. A compreensão procura demonstrar os processos de significação presentes no texto, permitindo que outros sentidos ocultos sejam descobertos.

Estas foram, portanto, as contribuições teóricas que originaram a AD. A teoria, entretanto, constituiu-se em três fases, como veremos a seguir.

1.2 As três fases da AD

Os procedimentos de análise da AD caracterizam o discurso como seu principal objeto de estudo, definido por meio das três fases sistematizadas por Pêcheux. Mussalin (2004, p. 117) afirma que a primeira fase da AD explora os discursos mais estabilizados, por permitirem uma menor abertura para a variação do sentido. Dentre os principais discursos estudados nesta fase estão os políticos teórico-doutrinários, produzidos a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas. Nesses discursos as posições ideológicas eram menos conflitantes.

Nessa fase os procedimentos de análise eram divididos em quatro etapas: 1) a seleção de um *corpus* fechado de sequências discursivas; 2) a análise Linguística de cada sequência; 3) a análise discursiva e, por fim, 4) a demonstração de que as relações de sinonímia e paráfrase eram resultados de uma mesma estrutura do processo discursivo. O sujeito tinha a ilusão de ser a fonte do discurso e era tratado com um assujeitado. O discurso era o resultado de produção estáveis e homogêneas.

Assim, a base dos estudos desta fase são sequências discursivas selecionadas em um contexto supostamente dominado por condições de produção estáveis. Trata-se de um procedimento realizado por etapas, com ordem fixa, restrições teóricas e metodológicas com um começo e um fim predeterminado.

Esse tipo de análise, conforme Mussalin (Idem, p. 118), deu origem a noção de “máquina discursiva”, ou seja, uma estrutura responsável pela geração de um processo discursivo a partir de um conjunto de argumentos e operadores responsáveis pela construção e transformação do discurso.

Mainueneau (1997, p. 21), afirma que essa primeira fase da AD tentava demonstrar todas as particularidades de certas Formações Discursivas (FD), pois essas formações eram consideradas como espaços auto-suficientes, apreendidas através de seu vocabulário, enunciação, aprofundando o caráter institucional da atividade discursiva.

Na segunda fase a noção de máquina estrutural começa a ser destruída, devido ao surgimento do conceito de formação discursiva, um dispositivo que originou o processo de transformação no conceito do objeto de AD. Dentre os procedimentos de análise mais comuns desta fase Mussalin (Idem, p. 120), apresenta algumas inovações: o deslocamento efetivo ocorre em relação à primeira fase referindo-se, sobretudo, ao objeto de análise, que agora recai

sobre discursos menos estabilizados, produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas. Surge a noção de interdiscurso para designar o exterior de uma formação discursiva.

Nessa fase, a noção de interdiscurso é introduzida para designar o exterior de uma formação discursiva, resultando na concepção do sujeito do discurso como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da formação discursiva com a qual ele se identifica.

Mussalin (Idem, p. 120) informa que a desconstrução total da maquinaria do discurso só veio acontecer mesmo na terceira fase, sendo resultado de um deslocamento que ocorreu entre a relação de uma formação discursiva com as outras. Essa fase entende que os diversos discursos, atravessados por uma formação discursiva, não são independentes uns dos outros, ao contrário, são formados de modo regular no interior de um interdiscurso. Baseando-se nessa nova concepção do objeto de análise (interdiscurso), o procedimento de análise por etapas também deixou de existir.

No item que se segue trataremos de alguns conceitos que subjazem a AD.

1.3 Língua, Linguagem, Discurso e Sentidos

Para Bakhtin (2004, p.123), a língua é formada pelo fenômeno social da interação verbal, realizado através da enunciação, por isso, a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua, com isso a língua torna-se um processo criativo, materializado através das enunciações.

Orlandi (2005, p. 19), reproduzindo o conceito histórico de discurso e língua postulado por Pêcheux afirma que entende a língua a partir de sua ordem própria, sendo relativamente autônoma. Nos estudos discursivos procura-se compreender a língua não apenas como estrutura, mas como acontecimento. Assim, o sujeito de linguagem descentrado, afetado pelo real da língua e da história não tem controle sobre a maneira como ela o afeta.

Entendendo a linguagem como instrumento de comunicação, suas relações são relações de sujeitos e de sentidos, por isso seus efeitos são múltiplos e variados e que o discurso é o efeito de sentido entre os locutores, diferenciando-se da língua e da fala por ocupar um espaço demarcado por valorizações sociais, históricas e ideológicas em situações concretas.

Para Cardoso (1999, p.15), a língua constitui uma teia de relações entre os elementos linguísticos formando um sistema, um conjunto solidário, onde cada um dos elementos componentes só podem se definir relativamente aos outros com os quais forma um sistema. A autora afirma que ,para Saussure, a língua é um fato social, exterior ao individuo, já que este não pode criá-la ou modificá-la.

De acordo com Cardoso (1999, p. 18), para o Circulo linguístico de Praga a língua é vista como estrutura e função, trata-se da terceira concepção, enquadrando-se dentro do jogo de diferenças que forma o sistema lingüístico. Para os estudiosos dessa concepção a linguagem em uso, em condições adequadas envolve contextos e enunciadores que interagem entre si com o mundo e com uma cultura.

Orlandi (2005, p. 15) informa que existem muitas maneiras de se compreender a língua, para a Linguística representa um sistema de signos obedecendo às regras formais, todavia a AD procura a entender a língua como parte de um trabalho social geral capaz de constituir o homem e a sua história, trabalhando com a língua falada e considerando a produção de sentidos na vida humana. Desse modo, entende o homem, na sua própria história, analisando a relação estabelecida entre a língua, os seus falantes e as situações em que se produz o que é dito.

A AD procura estudar a língua enquanto funcionamento para produção de sentidos analisando unidades que estão além da frase, ou seja, o próprio texto e os seus sentidos ocultos. Nesse caso a língua é entendida como possibilidade dos discursos. A linguagem, por sua vez, não pode ser estudada fora dos quadros sociais, já que seu processo de constituição e seus sentidos são histórico-sociais.

Para Orlandi (Idem) a AD entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, pois o trabalho simbólico do discurso representa a base da produção da existência humana. Portanto, a AD não é transparente, não busca atravessar o texto para encontrar um outro sentido. Para responder à questão de *como o texto significa*, a linguagem não trabalha os textos apenas como ilustração ou documento de algo que já existia, ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, pois o vê como possuidor de uma materialidade simbólica própria e significativa.

Cardoso (1999, p. 25), analisa o processo de interação verbal pela linguagem conforme a teoria de Bakhtin (1929, p. 96), a qual apregoa que a palavra está sempre

carregada de um sentido ideológico ou vivencial. Observa que a realidade essencial da linguagem é o seu caráter dialógico, já que toda enunciação é um diálogo, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto. Sendo assim, o dialogismo é a condição de existência do discurso, pois este não existe independentemente do destinatário, cuja visão é incorporada e determinante no processo de produção do discurso.

Cardoso (1999, p. 25), afirma que o conceito de interação é constitutivo dos sujeitos e da própria linguagem, pois é no fluxo da interação verbal que a palavra ideológica se concretiza como signo ideológico, ganhando diferentes significados de acordo com o contexto em que surge.

Para Bakhtin (2004, p. 274), o discurso existe realmente enquanto enunciação concreta de falantes específicos, sujeitos do discurso, unindo-se em forma de enunciado de um certo sujeito do discurso. E por mais diferentes que sejam as enunciações, pelo seu volume, conteúdo, construção composicional, elas possuem como unidades da comunicação discursiva algumas particularidades estruturais comuns, e também limites precisos de natureza substancial.

Cardoso (1999, p. 21), observa o discurso concebido fora da dicotomia saussureana, como um terceiro elemento (nem a língua nem a fala). Este é fruto do reconhecimento da dualidade da linguagem. Desse modo, o discurso é entendido como um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, através dos sujeitos que interagem em situações concretas.

Para Cardoso (*idem*, p. 35), o discurso é o modo de existência sócio-histórico da linguagem, um conjunto de enunciados derivados de uma mesma formação discursiva. Nesse sentido, pode ser considerado como uma dispersão de textos.

Mainueneau (1997, p. 17) afirma que o discurso para a AD não pode ser apreendido diretamente a não ser que suas generalidades filosóficas sejam limitadas, já que a AD relaciona-se com entrelaçamento de textos, onde pressupostos diversos permitem o recorte de unidades consistentes.

Para o autor (1997, p. 23), a noção de discurso não é estável a partir do momento que concorda com Pêcheux no que se refere a entender o discurso como uma superfície discursiva, ou seja, o conjunto dos enunciados realizados produzidos a partir de uma certa posição, ou ainda como um sistema de restrições que permite analisar a especificidade desta superfície discursiva. É importante não confundir o discurso com a fala proposta por Saussure, pois o

discurso possui sua regularidade em um funcionamento onde é possível apreender o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo e o processo ao produto.

Diante disso Orlandi (2005, p. 22), afirma que, no quadro teórico da AD, o discurso é entendido como uma liberdade em ato, sem condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, assim como a língua não é totalmente fechada em si mesma, mas é uma condição de possibilidade do discurso existir. Desse modo, não existe uma separação estável entre língua e discurso, mas apenas uma relação de recobrimento.

De acordo com Mussalim (2004, p. 131), para a AD o caráter dialógico do discurso constitui o seu sentido. Desse modo, os possíveis sentidos de um discurso são sentidos demarcados pela própria identidade de cada formação discursiva. Portanto, o sentido não é único já que ocorre em um espaço de heterogeneidades.

Para Orlandi (2005, p. 46), a evidência do sentido faz com que uma palavra designe uma coisa, apagando seu caráter material. Desse modo, as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Por isso, a relação da ordem simbólica com o mundo ocorre de um modo em que é preciso entender a língua como um sistema sintático, sujeito a falhas, que se inscreve na história.

Assim a autora (Idem, p. 47), define o sentido em AD como uma relação determinada do sujeito, afetado pela língua, com a história. Trata-se de um gesto de interpretação que realiza a relação entre sujeito, língua e história.

1.4 A questão do sujeito

Maingueneau (1997, p.34) afirma que o sujeito lingüístico para a AD constitui um pressuposto, e não o objeto de seu estudo. Ele não representa uma instância final, mas deixa-se analisar em uma fase anterior, isso porque o indivíduo, no discurso, não é interpelado como sujeito sob a forma universal do sujeito de enunciação, mas em um certo número de lugares indicativos.

Para Orlandi (2005, p. 46), a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos a partir do momento que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Nesse sentido, o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história sob o modo do imaginário, tendo acesso a partir do que diz, sendo dividido materialmente desde a sua constituição: ele é *sujeito de* e *sujeito a*. Assim, ele é determinado para se constituir e produzir

sentidos a partir da língua e da história.

Mussalim (2004, p. 133), analisa a concepção de sujeito em cada uma das fases da AD. Na primeira fase da AD, o sujeito é concebido como assujeitado à maquinaria discursiva, submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. Para essa concepção de sujeito quem fala, na realidade, é uma instituição, uma teoria ou uma ideologia.

Durante a segunda fase da AD, a noção de um sujeito marcada pela idéia de unidade não existe mais. Prevalece a noção de dispersão e o sujeito passa a ser visto como aquele que desempenha diferentes papéis, conforme as posições que ocupa no espaço interdiscursivo. O sujeito é uma função e, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre porque sofre as determinações da formação discursiva da qual enuncia. Assim, o sujeito do discurso ocupa um lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, indicando o que pode ou não ser dito naquele contexto.

Essas duas concepções de sujeito são influenciadas por uma ideologia que coloca o sujeito no quadro de uma formação ideológica e discursiva. Por isso, para a AD, o sujeito individual não existe, apenas o ideológico, por onde a ideologia é manifestada.

De acordo Mussalim (2004 p. 135), na terceira fase da AD a noção de sujeito é deslocada para uma forma menos estruturalista, compatível com uma noção de discurso marcado pela heterogeneidade. Logo tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, dividido. Nesse sentido, o sujeito da AD não pode ser definido, em momento algum, como completamente consciente do que diz, uma vez que o seu *eu* perde a centralidade e o *outro* passa a fazer parte de sua identidade. Desse modo, o sujeito se define através da relação entre *o eu e o outro*. Em todas as fases da AD é possível perceber que o sujeito não é senhor de sua vontade, pois, às vezes, sofre as determinações de uma formação ideológica e discursiva ou é submetido a sua própria natureza inconsciente.

1.5 Ideologia, Memória e Formações Imaginárias.

Segundo Maingueneau (1997, p. 59), a ocupação da ideologia é representar o mundo e a organização dos homens, significando o direito e o avesso de uma mesma atividade. Por isso não deve ser entendida como visão de mundo, mas como modo de organização, legível sobre as duas vertentes da prática discursiva.

Para Orlandi (2005, p. 46) o principal trabalho da ideologia é produzir evidências, envolvendo o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Possui, como característica comum, a dissimulação de sua existência no interior de seu próprio funcionamento. A ideologia produz um tecido de evidências subjetivas nas quais o sujeito se forma.

Para a autora (Idem, p. 47) a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo, pois sempre que pensarmos em ideologia pensamos também na interpretação sendo necessariamente regulada em suas condições de apreensão do sentido. Sendo assim, a ideologia não é vista como conjunto de representações, como simples visão de mundo, mas como prática significante produzindo efeito a partir da relação entre sujeito, língua e história.

Segundo Cardoso (1999, p. 45), o discurso é uma das instâncias de materialização das ideologias, podendo-se dizer que o conjunto complexo de atitudes e representações que formam uma ideologia pode ser relacionado às posições de grupo, pois pressupõe conflitos (de classe, de grupo, de cor, dentre outras), sendo motivado por relações de poder. Desse modo a ideologia não é um fato de consciência, pois a compreensão somente pode ser manifestada através do material semiótico. Assim, o lugar privilegiado da ideologia é o material social dos signos verbais criados pelo homem.

Segundo Orlandi (2005, p. 30), a memória também faz parte da produção do discurso, pois tem sua característica pensada em relação ao discurso. Assim, todo dizer, na realidade, se encontra em dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulações).

Orlandi (2005, p. 39), afirma que todo discurso é constituído por certas condições de produção, funcionando de acordo com fatores específicos. Um desses fatores são as relações de sentidos. Desse modo, não há discurso que não se relacione com outros. Assim, todo discurso é entendido como um estado de um processo discursivo mais amplo e contínuo. O discurso não possui, nesse sentido, um começo absoluto nem ponto final, a partir do momento que um dizer estabelece relações com outros dizeres, realizados, imaginados ou possíveis.

A autora (2005, p. 40), diz que todos esses mecanismos de funcionamento do discurso constituem as formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas imagens resultantes de projeções. As

formações imaginárias analisadas pela autora dividem em três tipos: relações de força, de sentidos e antecipação.

O primeiro fator que indica a condição de produção de um discurso é a relação de sentidos, onde todos os discursos estão relacionados com outros, desse modo, os sentidos produzidos são resultantes de relações estabelecidas entre discursos diferentes, apontando para futuras formas de dizer.

O mecanismo da antecipação indica que todo sujeito tem a capacidade de experimentar, colocar-se no lugar de seu interlocutor, antecipando-se a ele. Esse elemento regula a argumentação, indicando como o sujeito irá dizer determinada fala. As relações de forças apresentam o lugar a partir do qual o sujeito organiza sua fala, essas relações são sustentadas no poder dos diferentes lugares ocupados pelos sujeitos nos mais diversos contextos. O professor, o padre, o político, cada um desses sujeitos possui uma força diferente no momento de apresentar o seu discurso.

Mussalin (2004, p. 137), afirma que o jogo de imagens apresenta-se dividido entre o que o sujeito faz, ao enunciar o seu discurso, e o que o sujeito faz a partir da imagem de seu interlocutor, estabelecendo as condições de produção do discurso. Dessa forma o que o sujeito pode ou não dizer, a partir do lugar que ocupa e das representações que faz ao enunciar não é preestabelecido antes que o sujeito enuncie o discurso.

Isto quer dizer que o sujeito não é livre para dizer o que quer. A opção do que dizer, em si mesma, é determinada pelo lugar que ocupar no interior da formação ideológica a qual está submetido, porém as imagens construídas pelo sujeito, ao enunciar, se constituem no próprio processo discursivo.

1.6- O Interdiscurso

Segundo Orlandi (2005, p. 31), o interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, é o que chamamos de memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer, retornando sob a forma do pré- construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada palavra. Assim, o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam a maneira como sujeito significa, em uma situação discursiva específica.

Sendo assim, é o interdiscurso que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é o mais importante para a discursividade. Através do funcionamento do

interdiscurso a exterioridade é suprimida para inscrevê-la no interior da textualidade. Desse modo, pensando na relação entre historicidade (do discurso) e a história (no mundo) o interdiscurso é o responsável por especificar as condições nas quais um acontecimento histórico e suscetível deve vir a ocorrer na continuidade interna da memória.

Maingueneau (1997 p. 13), afirma que o interdiscurso representa um processo de reconfiguração incessante no qual a formação discursiva incorpora elementos pré-construídos, produzidos fora dela. Nesse caso, o interdiscurso é definido como conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Por isso, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido, sendo necessária a presença das formações discursivas como veremos a seguir.

1.7 Formação Discursiva

Conforme Mussalim (2004, p. 119), a formação discursiva determina o que pode e o que deve ser dito a partir de uma certa posição, em um contexto determinado. O conceito compreende o lugar de construção dos sentidos, pois é na formação discursiva que se constitui o domínio do saber, funcionando como um princípio de aceitabilidade para um conjunto de formulações. Por isso é preciso abordar a interação entre essas formações, já que a identidade do discurso é construída na relação com o outro.

Segundo Orlandi (2005, p. 42), as palavras mudam de sentido conforme as posições de quem as usam. Assim, a noção de formação discursiva em AD ainda é bastante polêmica a partir do momento que permite compreender o processo de produção dos sentidos, sua relação com a ideologia e o estabelecimento das regularidades no funcionamento do discurso. Uma formação discursiva determina o que pode e o que deve ser dito, seguindo uma posição determinada, em certa conjuntura sócio-histórica.

Orlandi (2005, p. 43), afirma que as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, podendo ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em outras relações. Através da referência da formação discursiva podemos compreender os diferentes sentidos do discurso, pois palavras iguais podem ter significados diferentes, porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.

Segundo Maingueneau (1997, p. 48), a formação discursiva confere corporalidade ao enunciador e ao destinatário, possibilitando aos sujeitos a incorporação de esquemas, definindo uma maneira específica de habitar o mundo e a sociedade.

Para Cardoso (1999, p. 35), para que o discurso encontre as regularidades de seu funcionamento precisa ser remetido à formação discursiva que pertence, representando assim as grandes unidades históricas que os enunciados constituem. Assim, a formação discursiva não é a essência do discurso, sua estrutura profunda, mas um operador de coesão semântica e um sistema comum de restrições investidos nos universos textuais.

De acordo com Cardoso (Idem, p. 62), Maingueneau (1987) entende o interdiscurso como um processo de reconfiguração incessante, onde uma formação discursiva incorpora elementos pré-construídos, construídos fora dela.

1.8 As várias heterogeneidades

Segundo Cardoso (1999 p. 57), a heterogeneidade é um elemento que constitui uma condição da leitura dialógica, voltada para mais de uma voz presente no discurso. Pode, por isso, ser entendida como uma leitura do avesso. Sendo assim a heterogeneidade é o diferente do discurso e pode ser considerada como o elemento que constitui as práticas discursivas, relacionadas em um certo estado de luta ideológica e política.

Maingueneau (1997 p. 75), afirma que quando falamos em heterogeneidade do discurso tomamos conhecimento de um funcionamento representativo de uma relação radical de seu interior com seu exterior. Desse modo o autor analisa os dois planos diversos da heterogeneidade: a mostrada (incide sobre manifestações explícitas, recuperáveis a partir de diversas fontes de enunciação), e a constitutiva (aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas pode ser definida através do interdiscurso, do propósito da constituição de uma formação discursiva).

Conforme Cardoso (1999, p. 65), a heterogeneidade mostrada é aquela onde a voz do outro é apresentada claramente no discurso do sujeito, a ponto de ser identificada na materialização lingüística (discurso direto, ironia, negação, citações).

A heterogeneidade mostrada é composta por fenômenos múltiplos que vão além da simples noção tradicional de citação, ou do discurso relatado (direto, indireto, indireto livre). Dentre os fenômenos analisados pelo autor sobre a heterogeneidade mostrada estão: a

polifonia, que ocorre quando é possível diferenciar, em uma enunciação, dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores.

De acordo com o Maingueneau (1997 p. 78), o fenômeno da pressuposição pode ser examinado através da polifonia, cuja verdade apresenta-se relacionada à ordem do mundo considerada como participante de uma pluralidade de fontes enunciativas.

O autor (Idem, p. 80), também afirma que, em um enunciado negativo, é preciso diferenciar duas proposições: a primeira e uma outra que a nega. Normalmente são diferenciadas as seguintes negações: a descritiva (serve para falar do mundo, é compatível tanto com a contradição quanto com a contrariedade), a negação polêmica (mantém uma relação de contradição com o enunciado que refuta, não há rejeição de um locutor, mas de um enunciador mobilizado no discurso) e a negação metalingüística (contradiz os próprios termos de um enunciado oposto. Essa negação visa ao locutor que assumiu o enunciado negado, podendo anular os seus pressupostos).

O estudioso (Idem, p. 85) analisa o discurso direto e indireto como manifestações clássicas da heterogeneidade enunciativa. O discurso direto é caracterizado pelo surgimento de um segundo locutor, no enunciado atribuído ao primeiro locutor. Desse modo o discurso direto não é nem mais nem menos fiel que o indireto, pois ambos representam duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação.

De acordo com Maingueneau (1997, p.89), os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar a sua alteridade. Nesse caso, a expressão aspeada é usada e mencionada, dependendo da conotação autonímica. Assim, a aspa constitui um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que usa as aspas é obrigado a realizar uma certa representação de seu leitor, oferecendo a este uma imagem de si mesmo, da posição de locutor que assume por meio destas aspas.

Algumas vezes a heterogeneidade pode ser reconstruída a partir de índices variados, como é o caso do discurso indireto livre e da ironia. O discurso indireto livre se localiza nos deslocamentos, nas discordâncias entre a voz do enunciador que relata as alocações e a do indivíduo cujas locuções são relatadas. Dessa forma, o enunciado não pode ser atribuído nem a um e nem ao outro.

Enquanto o discurso indireto livre se localiza na fronteira entre o discurso citado e o discurso que cita, a ironia subverte a fronteira entre o que é assumido ou não pelo locutor.

Enquanto negação pura e simples de um enunciado a ironia possui a propriedade de rejeitar sem passar por um operador explícito. Maingueneau (1997, p. 99), afirma que a ironia é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes. Trata-se de um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica desinteressada.

De acordo com Cardoso (1999, p. 69), o locutor fala de perspectivas enunciativas diferentes através do discurso indireto livre, sem demarcá-las linguisticamente. Apenas o contexto pode dizer se um enunciado é discurso indireto livre, porque esse tipo de discurso mistura elementos do discurso direto com os do indireto. Sua função é restituir a subjetividade da linguagem e integrar as falas ao fio da narração.

Conforme Maingueneau (1997, p. 100), os fenômenos enunciativos pelos quais o locutor profere suas falas não dizem respeito a penas à rejeição. Desse modo, na citação de autoridade o locutor se apaga diante de um locutor superlativo que garante a validade da enunciação. Normalmente são enunciados já conhecidos por uma coletividade e, por essência, não podem ser resumidos nem reformulados, constituindo a própria palavra capitada em sua fonte.

Para Cardoso (1999, p. 86), a heterogeneidade constitutiva ocorre a partir do nascimento de um discurso sobre outros, quando uma formação discursiva faz penetrar seu *outro* em seu próprio interior. Desse modo, o sentido é construído no intervalo entre as posições enunciativas. Essa heterogeneidade não revela o outro, sendo concebida no nível do interdiscurso e do inconsciente. Esses dois tipos de heterogeneidade representam duas ordens de realidade irreduzíveis, mas passíveis de articulações e necessariamente solidárias.

Para Authier-Revuz (*apud* Cardoso 1999, p. 87), a heterogeneidade constitutiva está ligada a um duplo dialogismo no discurso que não aparece marcada linguisticamente, sendo que o locutor sequer toma consciência de sua ocorrência, pois sempre falamos com as palavras de outros indivíduos.

Segundo a autora (1999 p. 88), a heterogeneidade constitutiva do discurso não aparece marcada linguisticamente no fio do discurso, sendo que o locutor não tem consciência disto. A heterogeneidade, na perspectiva de Authier-revuz, está ligada ao dialogismo de Bakhtin.

1.9- Condições de Produção: Sentido Lato e Estrito

De acordo com Mussalin (2004 p. 136), a visão dupla de sujeito constitui na AD as condições de produção do discurso. Em decorrência de tal fato, as manifestações na superfície discursiva, com a heterogeneidade mostrada, representa uma evidência da relação imaginária entre o sujeito e o próprio discurso como uma manifestação da tentativa de controlar o que é dito.

Desse modo, por não ter acesso às reais condições de produção do seu discurso, por causa da inconsciência de que é atravessado, o sujeito representa essas condições de maneira imaginária. Por isso, para se referir às condições de produção é preciso estabelecer relações com sua memória remetendo a uma formação discursiva, compreendendo o processo discursivo e os sentidos localizados aquém e além das próprias palavras.

Para Cardoso (1999 p.38), as condições de produção do discurso pretendem analisar principalmente as formas de constituição de seu sentido. O que fazemos ao usar a linguagem, de significativo, é produzir discursos, envolvendo alguns elementos indispensáveis: o locutor (aquele que diz, segundo sua posição sócio-histórica), um alocutário(aquele para quem se diz o que se tem a dizer), um referente (o que dizer, sempre determinado pelos sistema semântico de coerência e restrições), uma forma de dizer (compreende as estratégias para se dizer), um contexto em sentido estrito (são as circunstâncias imediatas, o aqui e agora do ato do discurso) e um contexto em sentido lato (são as determinações histórico-sociais, ideológicas, o quadro das instituições em que o discurso é produzido).

Sendo assim as condições de produção dos discursos não devem ser entendidas apenas como a situação empírica do discurso em jogo, mas como sua representação no imaginário histórico-social. Cardoso (1999, p.39), afirma que Pêcheux (1969) define as condições de produção a partir da ação da regras e normas estabelecidas pelos seus interlocutores, de acordo com os lugares determinados que ocupam na estrutura na formação social, marcadas por propriedades diferenciadas.

No próximo capítulo apresentaremos as Condições de Produção, em sentido lato e estrito, buscando entender as condições sócio-histórico-ideológicas de produção dos discursos sobre a miséria e sobre a infância. Para tanto, será de extrema relevância um rápido percurso sobre algumas concepções do surgimento da infância, bem como o tratamento relegado a essa

faixa etária no passado, como forma de melhor compreendermos a situação na contemporaneidade.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA

O principal objetivo desse segundo capítulo será abordar o tema da infância a partir dos estudos teóricos de Ariès (1981) e Del Priore (2006), especificando as condições de produção necessárias ao entendimento da análise do *corpus* selecionado.

2.1 Condições de Produção em Sentido Lato: A Descoberta da Infância

Conforme Ariès (1981, p. 17), durante o século XII a arte medieval ainda não tentava representar a infância, provavelmente por não haver lugar para essa faixa etária naquela sociedade. Tudo indica que a representação realista da criança, ou a idealização da infância, tenham sido próprias das artes gregas. Por volta do século XIII surgiram alguns tipos de crianças mais próximos do sentimento moderno.

Para o autor (1981, p.18), o primeiro tipo de criança surgiu como o símbolo de anjo, representado sob aparência de um rapaz muito jovem. Era a idade das crianças educadas para ajudar à missa, destinadas às ordens ou seminários. Esse tipo de anjos, adolescentes, se tornariam muito frequentes no decorrer do século XIV.

O segundo modelo de criança representava o ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus, ou a Nossa Senhora menina. A evolução em direção a uma representação mais realista e sentimental da criança começaria muito cedo na pintura, a partir da segunda metade do século XII.

O terceiro tipo de criança surgiu na fase gótica: a criança nua. Durante o século XIV e no decorrer do século XV os tipos de desenhos medievais evoluíram. O anjo adolescente animaria a pintura religiosa do século XV. Por outro lado o tema da infância sagrada não parou de crescer e se diversificar, representando um testemunho do progresso na consciência coletiva do sentimento da infância.

De acordo com Ariès (1981, p. 20), com o passar dos anos a infância religiosa deixou de se limitar apenas Jesus criança, passando a retratar também outros personagens religiosos. Dessa iconografia religiosa da infância surgiu, nos séculos XV e XVI, a representação leiga das crianças, desenvolvida através da transformação de uma alegoria convencional, inspirada

na concepção antigo-medieval da natureza. Desse modo, a criança se tornou personagem mais frequente dessas pinturas.

O fato das crianças passarem a atuar como protagonistas desse gênero nos sugere duas ideias: a de que na vida cotidiana as crianças eram misturadas com os adultos e que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça e inocência.

Segundo Ariès (1981, p. 21), no século XV sugeriram dois tipos de representação da infância: o retrato e o *putto*. No primeiro caso a infância era apenas uma fase sem importância; no segundo, o da criança morta, não se considerava que o seu desaparecimento tão cedo fosse digno de lembrança. O gosto pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato. É notável, nesse sentido, que nessa época de desperdício demográfico os artistas tenham sentido o desejo de fixar os traços de crianças, a fim de conservar sua lembrança.

O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou um momento muito importante na história do sentimento. O retrato era, inicialmente, uma efígie funerária. Assim, no início, a criança não era representada sozinha e sim sobre o tumulo de seus pais. No fim do século XVI a criança passou a ser representada com traje peculiar a sua idade, de vestido e touca, como a criança da descida da cruz do quadro de Toulouse.

Ariès (Idem, p. 25), observa que, no início do século XVII, os retratos se tornaram numerosos. Nesses retratos a criança se separava da família, sendo retratada de forma mais individual. Agora era representada sozinha e por ela mesma. Outra representação da criança surgida no fim do século XVI foi o *putto*, aqui identificado como a criancinha nua. Esse tema foi logo bem recebido, até mesmo na França. O gosto pela nudez da criança parecia ligado ao gosto geral pela nudez clássica, começando a conquistar até mesmo o retrato. Assim como a criança medieval, a criança sagrada, o ser angélico, o *putto* nunca foi uma criança real, histórica.

Desse modo tema do *putto* nasceu e se desenvolveu ao mesmo tempo que o retrato da criança. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas tornaram-se numerosos e comuns assim como os retratos de família mais antigos, passando a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição.

Segundo Ariès (Idem, p. 28), a descoberta da infância teve início no século XII e sua evolução foi acompanhada pela história da arte no século XV e XVI, mas os sinais de seu desenvolvimento só passaram a ser mais significativos no século seguinte. Todas estas cenas

de infância correspondem às cenas da pintura e gravura de gênero, da mesma época. São descobertas da infância, do corpo, dos hábitos e da fala da criança pequena.

De acordo com Ariès (1981, p. 81), apesar de estarmos longe da idéia de uma inocência infantil, estamos perto de um conhecimento objetivo do comportamento da criança, através da modificação dos hábitos da educação e do estabelecimento de um novo comportamento com relação à infância.

No fim do século XVI ocorreu uma mudança nítida em relação à educação infantil. Certos educadores passaram a adquirir autoridade, impondo suas concepções e escrúpulos, não tolerando mais a leitura de certos livros duvidosos para as crianças. É dessa época que realmente pode-se datar o início do respeito à infância.

De acordo com o autor (Idem, p. 85), no início do século XVII surgiu uma literatura pedagógica destinada aos pais e aos educadores. Nessa época começou-se a falar na fragilidade e debilidade da infância, até pouco tempo atrás ignorada, considerada um período de transição rapidamente superado e sem importância. Formou-se assim uma concepção moral da infância, a qual insistia em fraqueza e inocência, colocando a educação como principal obrigação humana. Essa concepção reagia contra a indiferença pela infância, contra um sentimento terno e egoísta que tornava a criança um brinquedo do adulto e, principalmente, contra o desprezo do homem racional.

Ariès (Idem, p. 87) afirma que o crescimento das instituições educacionais (colégios, pequena escolas, casas particulares) gerou alguns princípios doutrinários que regulavam a vida infantil. O primeiro princípio remontou ao século XV, pregando a concepção de que não se devia nunca deixar as crianças sozinhas. O segundo princípio afirmava que era preciso evitar mimar as crianças, habituando-as, desde cedo, à seriedade. O terceiro princípio referia-se ao recato, à grande modéstia do comportamento. Essa preocupação com a decência também aparecia na escolha das leituras e das conversas. No quarto princípio extinguiu-se a antiga familiaridade que existia até então entre os adultos e as crianças, substituído-a por uma grande reserva nas maneiras e na linguagem, mesmo na vida cotidiana.

Para Ariès (Idem, p. 91), o sentido da inocência infantil resultou numa dupla atitude moral: preservá-la da sujeira da vida entre os adultos e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Desse modo, por um lado a infância era conservada e, por outro, era cada vez mais

exigido uma atitude mais próxima da adulta entre as crianças, fazendo com que parecessem mais velhas do que na realidade.

Pode-se afirmar que até a sociedade medieval o sentimento da infância não existia, todavia as crianças não eram abandonadas ou desprezadas pelo adulto. O que ainda não estava consolidado era uma consciência da particularidade infantil, capaz de diferenciar a criança do jovem e do adulto.

Segundo Ariès (1981, p. 104), a partir do século XVI, ocorreu um crescente interesse no estudo da psicologia infantil, tentando penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar, a seu nível, os métodos de educação. Já no século XVIII, a preocupação familiar estava centralizada na higiene e saúde física das crianças, as quais passavam a assumir um lugar central dentro da família da sociedade.

2.2 O Colégio como Instituição Disciplinar

Conforme Ariès (Idem, p. 110), durante o século XIII os colégios eram asilos para estudantes pobres, fundados por doadores. A partir do século XV essas comunidades tornaram-se instituto de ensino, onde uma população numerosa foi submetida a uma hierarquia autoritária, passando a ser ensinada no local. A evolução da instituição escolar aparece ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância. No início o senso comum aceitava com tranquilidade a mistura das idades, todavia chegou um momento em que surgiu uma repugnância em favor das crianças menores.

Para o autor (Idem, p. 111), a partir do século XVI o colégio se modificou e ampliou o seu recrutamento, tornando-se então uma instituição essencial da sociedade, constituída por grupos de idade que reunia alunos entre oito e quinze anos, submetida a uma lei diferente da que governava os adultos.

O autor (Idem, p. 116), afirma que antes do século XV o estudante não estava submetido a uma autoridade disciplinar. Residia perto de uma escola, com sua família, ou morava com outra, através de um contrato de aprendizagem que previa a frequência em uma escola. Em todos os casos, o estudante pertencia a uma sociedade ou a um bando de companheiros que regulavam sua vida cotidiana.

Segundo Ariès (Idem, p.117), os educadores desses colégios passaram então a ser responsáveis pela alma dos alunos. Para eles era um dever de consciência escolher seus

colaboradores e mestres. Duas idéias surgem nesse momento: a noção da fraqueza da infância e o sentimento da responsabilidade moral dos mestres. Desse modo, essa nova disciplina passaria a ser diferenciada segundo três características: a vigilância constante, a delação erigida em princípio de governo e em instituição, e a aplicação ampla de castigos corporais.

A história da disciplina, entre os séculos XIV ao XVII, nos permite duas observações: a primeira se refere à disciplina humilhante, em que os educadores chegavam ao ponto de utilizar até mesmo o chicote como método disciplinar. Todas as crianças e jovens, independentes de sua condição, eram submetidos a este regime, sendo igualmente surrados. A segunda observação diz respeito à dilatação da idade escolar, submetida ao chicote. A partir do século XVI esse instrumento passou a ser estendido a toda população escolar, chegando a atingir os vinte anos. Essa infância prolongada tornou-se caracterizada por uma humilhação deliberada, e tal situação só seria atenuada ao longo do século XVIII.

De acordo com Ariès (Idem, p.119), com o relaxamento da antiga disciplina escolar surgiu uma nova orientação do sentimento da infância, deixando de lado o sentimento de fraqueza e a necessidade de humilhação. O mais importante era despertar na criança a responsabilidade do adulto, o sentido de sua dignidade.

Desse modo, uma nova noção moral deveria diferenciar a infância, ao menos aquela que estivesse na escola: a noção da criança bem educada. Essa noção se originou a partir das visões reformadoras de uma elite de pensadores e moralistas ocupando funções eclesiásticas ou governamentais. Assim, a criança bem educada seria preservada das rudezas e da imoralidade, traços específicos das camadas populares e dos moleques.

Até o momento, estudamos os conceitos referentes ao surgimento da infância em um contexto mais amplo, observando o seu desenvolvimento juntamente com a criação das instituições disciplinares, os colégios. O próximo item irá abordar a temática referente à criança no Brasil, tratando de questões como necessidade econômica, trabalho infantil e algumas políticas públicas criadas no intuito de tentar solucionar o problema das crianças miseráveis.

2.3 A infância Carente no Brasil a partir do século XX

Del Priore (2006), seguindo os passos de Ariès, reuniu vários artigos abordando a problemática das crianças carentes no país, observando como as políticas públicas têm tratado o assunto envolvendo o trabalho e a exploração infantil.

Passetti (2006, p. 350) afirma que durante o século XIX o abandono das crianças pelos pais cresceu muito. Essas famílias viam nas Instituições a única possibilidade de sobrevivência e de um futuro melhor para os filhos. Nos grandes centros urbanos tornou-se frequente as reivindicações trabalhistas.

Segundo Moura (2006, p. 261), durante o século XX, a humanidade sofreu grandes evoluções no sentido de mudanças para cidades, países e, até mesmo, para outros continentes. Nessas mudanças, crianças e adolescentes de ambos os sexos eram carregados com suas famílias, enfrentando inverno rigoroso, fome e miséria extrema.

Muitos dos pequenos operários, trabalhadores de fábricas no Brasil eram constituídos por imigrantes, principalmente italianos. Trabalhando em condições precárias, as crianças estavam sujeitas a acidentes, convivendo diariamente com a violência no mundo do trabalho. As relações humanas e de trabalho, nos estabelecimentos industriais, estavam em constante tensão: brigas, desentendimentos e agressões envolviam operários, mestres e patrões.

Moura (2006, p. 270), informa ainda que a saúde dos pequenos trabalhadores era extremamente precária, em função da alimentação inadequada resultante da pobreza. As crianças viviam adoentadas no interior dos estabelecimentos industriais. O conjunto dessas condições precárias de trabalho demonstra a possível inexistência de medidas para regularizar o trabalho de adultos e crianças, mas a maioria das leis criadas ainda privilegiavam os donos de fábricas.

Em 1911, o Decreto Estadual nº 2141 estabelecia em dez anos de idade o limite para que as crianças fossem admitidas no trabalho. Desse modo, no decorrer das primeiras décadas republicanas, o trabalho do menor permaneceu como importante elemento de contenção dos custos da produção, associado às já significativas espoliações dos trabalhadores nos estabelecimentos industriais, ou seja, as leis continuavam favoráveis apenas aos empregadores.

Moura (2006, p. 274), afirma que, além das oficinas e fábricas, o setor terciário acenava com novas e crescentes possibilidades de trabalho. Muitas crianças e adolescentes eram empregados no setor da construção civil, onde os acidentes de trabalho eram constantes e numerosos.

As décadas iniciais do século XX marcaram algumas propostas do Estado na tentativa de melhorar esta situação. Em 1902, o Instituto Disciplinar foi criado com o objetivo de regenerar, através do trabalho, a infância e a adolescência legada à convivência nas ruas. O Instituto não era um orfanato. Acomodava os menores que não podiam ser sustentados pelos pais, devido a falta de recursos. Apesar de tudo isso, a construção de uma idéia positiva do trabalho não perdia a consistência para cada trabalhador, seja adulto ou criança. Além disso, começou a surgir o movimento operário trazendo para o domínio público a evidência de que o trabalho não era fator de superação da pobreza, não possibilitando o acesso à cidadania que os discursos governamentais tanto pregavam.

Desse modo é possível entender que a maioria das crianças e adolescentes abandonados encontrava no mundo do trabalho a única forma de sobrevivência, apesar da exploração. Esse século ficou marcado por incríveis crueldades sofridas por crianças e jovens, geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas, escritórios, internatos e nas ruas. As dificuldades da vida levavam os pais a abandonarem os filhos com mais frequência, surgindo uma nova ordem de prioridades no atendimento social, tornando-se um problema de Estado, com políticas sociais e legislações específicas.

Em 1917 o jornal *A Plebe* denunciou o desrespeito ao decreto nº 13.113, de 17 de janeiro de 1891, que proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina. Os grevistas alertavam para a situação das crianças, evidenciando as péssimas condições de trabalho.

Passeti (2006, p. 354), informa que o século XX trouxe um redimensionamento econômico, sendo que as críticas às situações de vida das crianças foram responsáveis por novas reivindicações, crescentes políticas de direitos e contestações às desigualdades. O Estado passou a investir na criança pobre, vista como potencialmente abandonada e perigosa. Desse modo, a integração ao mercado de trabalho significou uma alternativa para tirá-la da vida de delinquência, educando-a para ser obediente, garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral. Para isso, as escolas e internatos passaram a ser de fundamental importância.

Ao escolher políticas de internação para as crianças abandonadas, o Estado escolheu educar através do medo. Nesses locais a autoridade dos funcionários era absoluta. Os comportamentos das crianças eram constantemente vigiados as atividades rotineiras extremamente rígidas. Tudo isso para combater o surgimento de indivíduos perigosos na idade adulta, segundo a ideologia da época.

Segundo Passetti (Idem, p. 358), apesar do Código de Menores, de 1927, foram mais de 60 anos usando a prática de internação para crianças e jovens. Em alguns momentos a ênfase esteve na correção, ou na educação para a integração social. Essa situação só foi mudada a partir da Política Nacional do Bem-estar do Menor, consagrada no Código de Menores de 1979.

A preocupação do acesso à escola, pelas crianças pobres, teve início no Estado de São Paulo com a lei estadual n 1.070, de 1907, onde o governo ficava autorizado a colocar nos lugares disponíveis, nos estabelecimentos de ensino, os alunos das escolas primárias que mais se distinguíssem durante o ano e fossem reconhecidamente pobres.

O fim da estigmatização formal entre pobreza e delinquência, de acordo com Passetti (2006, p. 364), teve início com a Constituição de 1988, através do novo Estatuto da Criança e do Adolescente, que enfatizava a Educação na formação do futuro cidadão. Assim, desde a greve geral de 1917, realizada pelos anarquistas proletariados, as crianças e jovens passaram a ser um problema social. Mesmo assim, os planos do governo para levar a escola a todos nunca se concluíram. A escola não completou as carências da sociabilidade e, muitas vezes, se caracterizou como local prioritário para obtenção de alimento, através da merenda.

Diante disso, três pontos redimensionam a relação entre caridade e crueldade no final do século XX no Brasil: a contenção de programas sociais do Estado com parcerias não governamentais, as ações jurídico-policiais de encarceramento de infratores, como medida de prevenção geral contra violências, e a disseminação da ação contra violentadores de crianças e adolescentes.

Rizzini (2006, p. 376) observa que o Brasil apresenta uma longa história de exploração à mão-de-obra infantil. A partir do ano de 1930 a indústria passou a ter como alvo principal o trabalho das crianças e dos jovens. Geralmente eles começavam substituindo membros da família, que ficavam doentes. Muitas vezes a família chegava a falsificar a idade

das crianças, burlando a legislação da época que permitia o trabalho somente a partir dos 12 anos, com medo de perderem a casa onde morava cedida pela fábrica.

Esse sistema possibilitava a formação de uma força de trabalho preparada desde muito cedo. Desse modo, as crianças aprendiam o duro choque disciplinar dentro das indústrias, tornando-se mais produtivas do que a geração de adultos vinda do campo. A autora (idem, p. 380), afirma que, a situação não mudou muito no decorrer dos anos. Em 1995, o Brasil tinha aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando. Desses, 522 mil eram crianças de 5 a 9 anos que trabalhavam na agricultura.

Rizzini (Idem, p. 381), afirma que a maioria dessas crianças não recebia qualquer tipo de remuneração. Seu trabalho representava apenas uma ajuda aos pais, na tentativa de aumentar sua produtividade. Mesmo assim trabalhavam entre 15 a 39 horas semanais. O resultado de tanto trabalho acabava afastando a criança e o adolescente da escola. Em 1995, das crianças entre 10 e 14 anos, 4% trabalhavam e não estudavam e 19,6% dos adolescentes, entre 15 e 17 anos, abandonaram de vez a escola para trabalhar.

Metade da população jovem, entre 15 e 17 anos, trabalhava. Somente aqueles adolescentes cujas famílias eram consideradas mais favorecidas (ganhavam mais de 2 salários mínimos) adiavam a entrada no mercado de trabalho para estudar um pouco mais. Tal fato demonstra que, mesmo entre as camadas mais populares da sociedade, a noção da importância do estudo para um futuro melhor permanecia presente.

Contraopondo a enorme quantidade de trabalhadores infantis, registra-se ainda um número significativo de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, aparentemente desocupado, constituído por 658 mil indivíduos que não estudavam, não trabalhavam e nem realizavam afazeres domésticos. Rizzini (2006, p. 384), afirma que, em 1996, apenas no Rio de Janeiro, 63 mil estudantes adolescentes deixaram a escola, caindo facilmente na rede do crime. A maioria desses jovens ficava sujeito à ação da polícia, da justiça ou dos grupos de extermínios.

A autora (Idem, p. 386), analisa ainda os principais motivos que levavam a criança a ingressar no mundo do trabalho. Segundo ela, os trabalhadores infantis quase sempre eram vítimas da miséria. Por ser um obstáculo ao desenvolvimento da criança, oferecendo perigo a sua saúde, o trabalho era visto como degradante, mas necessário à manutenção familiar.

Dentre os motivos que levavam crianças e adolescentes trabalhadoras a abandonarem os estudos estão as dificuldades em encontrar vagas nas escolas, a distância longa entre a casa e o educadário, doenças, esgotamento físico, cansaço e incompatibilidade entre os horários de trabalho e aula. A facilidade para a criança ingressar no mercado de trabalho ocorria devido à demanda por mãos pequenas e ágeis, corpo obediente e pouco exigente. Certos tipos de tarefas eram melhores realizadas pelas mãos delicadas das crianças. Em Minas Gerais, por exemplo, a tarefa de colocar veneno nos formigueiros, nas fazendas de reflorestamento de eucalipto, era realizada pelas “meninas formicidas”.

A autora (Idem, p. 388), entrevistou 122 empresários para tentar descobrir os principais motivos que os levavam a contratar menores. Dentre esses motivos destaca-se o fato de se submeterem a salários baixos, regime disciplinar intenso e rigoroso, não possuírem proteção ou benefícios e nem capacidade organizacional e reivindicatória, tornando-os empregados com muitas obrigações e poucos direitos.

Para a maioria das famílias populares o trabalho da criança e do adolescente ainda era visto como mecanismo disciplinador, a partir de uma visão equivocada de educação. Acreditavam que o trabalho fosse capaz de afastá-la das companhias malélicas e dos perigos da rua. Para tais famílias, o trabalho constituía a verdadeira “escola da vida”, onde a criança era socializada, desde cedo, para ocupar o seu lugar em uma sociedade extremamente estratificada, sendo-lhe reservadas as funções mais subalternas.

Desse modo, na tentativa de fugir da miséria, crianças e adolescentes buscam no trabalho um meio de ascensão social, desconsiderando a importância da base educacional para a qualificação profissional. Para tentar solucionar a problemática do trabalho infantil entre as classes mais baixas da população, algumas ações e programas foram criados a partir de 1997. O governo, organizações de cooperação internacional, sindicatos e fundações privadas constataram que, era preciso dar apoio às famílias e realizar campanhas de conscientização, no sentido de beneficiar as crianças exploradas pelo trabalho.

De acordo com Rizzini (2006, p. 392), o governo brasileiro criou, em 1997, um programa para tirar as crianças do trabalho em Estados onde havia o maior índice de exploração, como em Mato Grosso Sul, Pernambuco e Bahia. O programa Brasil Criança Cidadã, do Ministério da Previdência e Assistência Social, passou a liberar uma bolsa de 50,00 reais mensais por criança mantida na escola até os 14 anos.

Desse modo o Programa Bolsa-escola conseguiu minimizar o problema da exploração infantil a curto prazo, mas tal fato ainda continua acontecendo em nossos dias (século XXI). Todavia os adolescentes acima de 14 anos continuam sem um programa social específico. A maioria deles se defronta com o desemprego, voltando a conviver com a exploração no trabalho, ou iniciando-se na prostituição e no uso de drogas.

A autora (Idem, p. 394), concorda que a implantação de programas para resolver esse tipo de problema é uma atitude humanitária, no entanto as ações necessitam serem constantemente avaliadas e a população ouvida. Entendendo que para tirar as crianças da exploração é necessário oferecer a suas famílias uma forma de renda, algumas organizações implantaram entre as famílias miseráveis do sertão baiano (BA) um projeto apelidado de “bode-escola”, o projeto consiste em oferecer um bode e quatro cabras para as famílias criarem, com o compromisso de manterem as crianças na escola, esse ato já afastou 200 crianças do trabalho.

O combate ao trabalho infantil representou um movimento mundial, que ganhou vigor com a Primeira Conferência Internacional, em Genebra, que aprovou uma convenção que proibia o trabalho de menores de 14 anos em estabelecimentos industriais. No contexto internacional discute-se aplicar sanções econômicas aos países que utilizam o trabalho infantil, todavia a autora (Idem, p. 396), afirma que a restrição ao trabalho infantil não irá ocorrer por meio de boicote ou sanção comercial, mas a partir de situações concretas e intervenções de órgãos representativos dos governos, empresários, trabalhadores e ONGs.

Rizzini (2006, p. 398), afirma que ainda existe uma polêmica no que se refere à erradicação ou não do trabalho infantil, gerada pela falta de comunicação entre os envolvidos (crianças, famílias e planejadores da política social). Os programas elaborados pelas agências internacionais são baseados no princípio de que a criança é um ser em formação e que a infância é um período de preparo para a vida adulta, por isso é prejudicial para o seu desenvolvimento assumir tarefas e responsabilidades de adulto.

Por outro lado, a infância das classes favorecidas pode ser considerada privilegiada a partir do momento que tem seus direitos básicos atendidos e pode sonhar com o seu futuro. Assim sendo, a autora nos mostra os dois lados do paradoxo da infância no país: as crianças em situação de miséria, sendo exploradas pelo trabalho, e aquela que, mesmo vivendo no mesmo país, desfruta de uma realidade muito mais promissora.

Conforme a autora (Idem, p. 403), a história da exploração infantil mostra que, em muitas regiões miseráveis do país, o estudo tem pouco valor diante da necessidade de sobrevivência. Quando têm acesso à escola crianças e adolescentes não conseguem aprender e, mesmo passando anos em sala de aula, mal conseguem escrever o próprio nome. Isso é resultado de uma má alimentação e dos trabalhos forçados.

Desse modo, o objetivo de colocar todas as crianças na escola depende da melhoria das condições de vida da população, através de políticas sociais que garantam uma renda mínima às famílias para que a criança vá para a escola e lá permaneça.

Nesse sentido, Passeti (2006, p. 371), afirma que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é a mais avançada legislação para crianças e adolescentes no Brasil, mas que ainda pode ser melhorada, minimizando ou até suprimindo as penalizações. É claro que este é o grande desafio do século XXI, sendo fundamental a ampliação das conquistas jurídicas, renovando a mentalidade dos juízes, promotores e advogados.

Observando o desenvolvimento do conceito de infância não apenas no sentido amplo, podemos notar que o Brasil ainda apresenta muitas deficiências no tratamento com suas crianças, especialmente as menos favorecidas. Muitos são os estudos, pesquisas e reportagens divulgadas pelos meios de comunicação que denunciam as condições subumanas enfrentadas por grande parte da infância brasileira.

Dentre as muitas publicações, a Revista *Veja* (2002) apresentou ao seu público um texto bastante interessante referente ao tema da miséria na população brasileira. Tal texto será objeto de análise no capítulo que se segue.

CAPITULO III

O DISCURSO SOBRE A EXPLORAÇÃO E A MISÉRIA INFANTIL, NA PERSPECTIVA DO TEXTO *O PARADOXO DA MISÉRIA*

Neste capítulo passaremos a analisar o discurso do texto *O paradoxo da miséria*, buscando a recorrência de alguns enunciados na estrutura discursiva do texto. Buscaremos a existência de algumas marcas linguísticas para apreender os efeitos de sentidos construídos no *corpus*, no sentido de elucidar como é construído um discurso sobre a exploração e a miséria infantil pela mídia impressa brasileira, representada pela revista *Veja*.

3.1 Condições de produção do texto ‘*O paradoxo da miséria*’

Retomando a afirmação de Cardoso (1999 p.38), as condições de produção do discurso pretendem analisar principalmente as formas de constituição de seu sentido, envolvendo alguns elementos indispensáveis, tais como o locutor (aquele que diz, segundo sua posição sócio-histórica), um alocutário(aquele para quem se diz o que se tem a dizer), um referente (o que dizer, sempre determinado pelos sistema semântico de coerência e restrições), uma forma de dizer (compreende as estratégias para se dizer), um contexto em sentido estrito (são as circunstâncias imediatas, o aqui e agora do ato do discurso) e um contexto em sentido lato (são as determinações histórico-sociais-ideológicas, o quadro das instituições em que o discurso é produzido).

3.2. O sentido estrito do texto

As condições de produção em sentido estrito no texto *O paradoxo da miséria* são delimitadas a partir do processo discursivo presente no *corpus*. O sentido estrito está circunscrito tanto ao processo de produção do veículo de informação, no qual foi divulgado o texto, relacionado às formas de construção do discurso do jornalista Ricardo Mendonça, responsável pela matéria, quanto às imagens editadas pelo fotógrafo Pedro Martinelli, que auxiliam na construção de todo o efeito de sentidos presente no texto.

Antes de iniciarmos a análise dos recortes da matéria, propriamente dita, convém lembrar que o discurso da mídia impressa não é jamais inocente. Pelo contrário, todo discurso

de informação é construído a partir de pressupostos traçados a respeito do alocutário e de estratégias construídas para atingi-lo (CHARAUDEAU, 2006, p. 37). Tais efeitos são frutos de estratégias minuciosamente articuladas, segundo o “efeito visado” e “efeito produzido”. Isso implica dizer que a mídia, a partir de um processo de transação, constrói a informação a ser veiculada conforme a troca a ser estabelecida com o “alvo” da notícia. O alvo, obviamente, é o alocutário.

Veiculada pela revista *Veja*, voltada para um público seletivo, constituído por brasileiros que frequentam da metade para o topo da pirâmide social, a reportagem foi publicada como matéria especial, na edição 1735, de 23 de janeiro de 2002. Nessa edição, foi reportagem de capa.

Os locutores discursivos discutem, no texto, um problema ainda presente e atual na sociedade brasileira: a miséria que atinge grande parte da população, afetando principalmente a infância.

O jornalista sede a sua voz à publicação, enfatizando a situação caótica vivida por 23 milhões de brasileiros que, na época em que a reportagem foi divulgada (2002), se localizavam abaixo da linha da pobreza. Para atingir o seu público leitor, o jornalista/locutor utiliza-se de uma linguagem estrategicamente articulada associada às imagens chocantes, de fotos que retratam diversas situações de miséria e que ajudam na construção dos sentidos pelo *alvo* da notícia.

A construção desses discursos não é tão simples como parece, à primeira vista. A mídia como qualquer empresa que visa lucros, procura conhecer o seu público, avaliando comportamentos e opiniões. Nesse sentido, costuma realizar estudos de sondagem cujo objetivo é medir a capacidade de penetração da revista, os níveis de confiança do público, entre outros. Utiliza-se também de *estudos de impacto* que medem, por meio de um sistema de cálculos, os *efeitos* sobre a opinião pública. Procura-se, desse modo, estudar as reações psicossociais do público-alvo em relação ao que lhe é sugerido, com vistas a dominá-lo na instância da recepção (CHARAUDEAU, 2006, p. 82-6).

Na verdade o que se busca é despertar o interesse e, sobretudo, a *afetividade* do alocutário. Nesse sentido, por meio de efeitos passionais provocados no público (tais como as fotos, presentes no texto) e agindo como seu legítimo representante, a mídia acaba se apropriando da cidadania, agindo como agente político, e distanciando-se de sua pretensão

informativa. É importante observar que todas essas escolhas são responsáveis pela construção da opinião pública. E isto não é diferente no *corpus* analisado.

3.3 Os enunciados presentes no *corpus*

A matéria foi selecionada e construída como capa da revista em função de seu potencial, social e atual, pois aborda uma questão que, apesar de não ser desconhecida do grande público surge para chocar a população de leitores, a partir de dados de organizações confiáveis (Ipea, Fundação Getúlio Vargas e IBGE), revelando situações precárias de crianças brasileiras ameaçadas de morte por não ter o que comer. É o que se observa no recorte a seguir, extraído da reportagem:

Mateus [de três anos e meio] tem a altura de um garoto de 1 ano e 7 meses e o peso de um bebê de apenas 8 meses. [...] Acostumada a diagnosticar casos de desnutrição, a médica entregou à mãe do garoto uma receita com o seguinte teor: ‘Mateus B. Souza - Ao Serviço Social: Criança desnutrida. *Kwashiorkor*. Cesta básica. Precisa comida. Vai morrer. Não anda. Se pegar infecção, morre.’ (Veja, 2002, p. 82).

Observa-se nos discursos recortados a existência de vários sintagmas nominais, tais como *desnutrição*, *desnutrida*, *precisa comida*, *morrer*, *não anda*, *infecção* e *morre* que podemos associar a duas formações discursivas distintas. A primeira refere-se à formação discursiva da miséria e, a segunda, da ciência médica, em especial o sintagma *infecção*. Esses sintagmas são determinantes para atestar o processo de miséria e sofrimento dos sujeitos da reportagem, aqui representados pelo garoto Mateus.

Todas essas representações são tratadas como categorias apropriadas de maneira a evocar o drama pessoal do menino Mateus, apresentado de forma a desestabilizar, mesmo que momentaneamente, a ordem aparente do mundo no qual se encontra o alocutário. É desse modo que o locutor do discurso vai construindo sentidos

Nota-se, ainda, a presença do sintagma *Kwashiorkor*, que atesta a existência de uma memória discursiva do locutor, que resgata a expressão “importada da África” (Idem, p. 82) sinônimo de uma doença que, de tão recorrente, “tem várias definições nos meios tribais” (Idem) africanos. A presença desse dizer, logo no início da reportagem, já funciona como um elemento de comparação entre as duas realidades (a africana e a brasileira), homogeneizando-

as, embora cada qual seja fruto de condições absolutamente heterogêneas e singulares. A apropriação do vocábulo africano, associado às condições de miserabilidade descritas, anunciam, já de início, a construção de um discurso passional, articulado de forma a organizar os sentidos coletivos dos sujeitos e a influenciar na opinião pública.

Temos que observar, nesse sentido, que existe uma falsa idéia de que a mídia transmite fidedignamente o que acontece no campo social. Longe de representar o real, ela impõe o que constrói, a partir do espaço público. A informação veiculada é construída por meio da linguagem e da imagem, como se pode constatar no texto. Ambas não são transparentes e sua opacidade permite um olhar e uma construção subjetiva do mundo. Dessa forma, ao selecionar o que é mais surpreendente, a revista *Veja* acaba impondo uma imagem fragmentada e estereotipada do espaço social, reproduzindo reflexos distorcidos da realidade. É assim na escolha dos sentidos discursivos que constrói e, de igual modo, quanto às imagens que seleciona.

Entendendo que a revista *Veja* representa uma publicação de credibilidade no país, atestamos a existência de dois locutores, que se associam na construção dos sentidos da reportagem: o jornalista Ricardo Mendonça e o fotógrafo Pedro Martinelli. Aqui, podemos verificar o que Courtine (2006, p. 56) identifica como as modernas condições de produção do discurso na contemporaneidade, onde se associa o domínio da informação da mídia ao reino das imagens. A soma dessas novas práticas remete aos novos sentidos de análises discursivas. Não basta, na contemporaneidade, portanto, analisar as materialidades lingüísticas; é necessário associá-las às imagens.

Desse modo, temos dois sujeitos enunciadorees que organizam os seus discursos tendo por base os elementos verbais e não verbais, no sentido de direcionar a construção da opinião pública a respeito do tema tratado.

Observa-se, ainda, no recorte a opção pelo discurso direto criando um efeito discursivo de proximidade e de subjetividade. Ao transcrever, fidedignamente, o receituário da médica, o locutor além de valorizar a presença do narrador, instaura a presença do telespectador (“vocês”). Estabelece-se, portanto, uma relação “eu-tu” ou “eu-vocês”. O efeito que se obtém com esse discurso é que o alocutário parece estar diante do próprio acontecimento discursivo, no momento da reportagem, irmanando-se com ele no mesmo tempo e espaço, tomando contato com o próprio processo de enunciação.

Maingueneau (2005, p. 140-1), trata esses enunciados como discurso direto. Adverte, entretanto, que mesmo quando o discurso direto relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de *encenação*, visando à criação de um efeito de *autenticidade*. Acrescente-se a isso o fato de que, na redação, esses discursos sofrem cortes e diferentes montagens para a edição da revista, e tem-se configurado o processo de encenação, em que a enunciação é reconstruída pelo sujeito que a remonta, por meio de mecanismos que lhe dão um enfoque pessoal. A opção pelo discurso direto proporciona um efeito de autenticidade ao discurso, fazendo que este adquira o estatuto da objetividade, da seriedade e da espontaneidade. Esta também é uma estratégia do enunciador para manifestar sua adesão ao que está sendo dito, no sentido de que as observações escritas na receita referendem as suas próprias palavras, aqui compreendidas como oriundas da voz da autoridade (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

O título da reportagem é outro elemento que chama a atenção, no texto. Transcrito em caixa alta, mobiliza a atenção do alocutário para dois sintagmas centrais que o compõem: *paradoxo* e *miséria*. Uma busca em qualquer dicionário trará como resultado, ao alocutário, o sentido do sintagma *paradoxo*, vinculado ao “conceito que é ou parece contrário ao senso comum, absurdo” (AURÉLIO, 2000, p. 513). O título já sugere, portanto, ao alocutário, que a situação de miséria, no país, é absurda considerando-se a saúde financeira do país que, na concepção dos seus locutores, é a de um “país rico” (Veja, 2002, p. 82). Esse discurso da riqueza é justificado com a inclusão de um quadro informativo, que traz como fonte o IPEA, instituto que fornece garantias adicionais de confiabilidade à informação, conforme se observa no recorte a seguir:|



A inclusão de dados e quadros estatísticos em reportagens dessa natureza é uma prática herdada, historicamente, do Positivismo. Essa prática ampara-se no cientificismo para interpretar as realidades sociais, transformando-as em verdades absolutas, porque podem ser comprovadas pela ciência e, portanto, não podem ser contestadas. Na busca dessa comprovação, utiliza-se a estatística, a contabilização por meio de números, pois são medidas racionais que independem de quaisquer implicações de ordem subjetiva e que, por isso, dão certeza de sua validade. A utilização de instrumentos de medição será, portanto, mais uma estratégia de construção que atestará o efeito de validade ao discurso construído.

Essa estratégia é reforçada por um breve resumo do assunto central, logo abaixo do título da reportagem, que explicita a intenção dos locutores:

O Brasil é mais rico entre os países com maior número de pessoas miseráveis. Isso torna inexplicável a pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros, mas mostra que o problema pode ser atacado com sucesso. (*Veja*, 2002, p. 82).

Observa-se, mais uma vez, a inclusão de dados (23 milhões), direcionando os sentidos do texto. Ora, estatísticas são inquestionáveis. O paradoxo está na realidade social do país: uma nação rica, conforme comprovam os números, mas que agrega milhões de miseráveis! Gradativamente, portanto, os sentidos vão sendo direcionados para a construção de uma opinião (que é a dos locutores e, por extensão, da revista *Veja*) sobre a temática tratada. A construção do texto, portanto, não é jamais inocente, como pode pensar o leitor desatento.

É possível observar, a partir dos enunciados recortados, a existência de mais de um plano enunciativo. É o que se vê no recorte a seguir:

No dia 11 de dezembro do ano passado, a médica Iara Vianna da Silva esteve no barraco onde mora o pequeno Mateus Barbosa de Souza, em Itinga, Minas Gerais. O garoto vive com a mãe e três irmãos no bairro mais pobre da cidade, localizada no paupérrimo Vale do Jequitinhonha. (*Veja*, 2002, p. 82).

Os enunciados acima foram construídos pela mídia impressa em 3ª pessoa do singular. Essa opção discursiva é utilizada quando se pretende conseguir um efeito de objetividade, de distanciamento da cena enunciativa. Esse efeito é denominado *embreagem*, por Maingueneau (2005, p. 108). É interessante notar, entretanto, que, apesar de as

enunciações terem sido construídas em terceira pessoa, há ocorrência de tempo verbal no presente do indicativo – *vive* - o que assinala um efeito discursivo de concomitância em relação ao acontecimento. A escolha verbal constrói, também, um efeito de repetição, dando idéia de “hábito” e “frequência” às ações realizadas. Dessa forma, usando essa estratégia discursiva, o locutor aproxima o telespectador ao momento de referência das entrevistas, como se estivesse presente, fazendo que este se sinta parte da cena enunciativa, informando, ao mesmo tempo, aos alocutários, que essa realidade, tanto na vida de Mateus, quanto no de outras crianças pobres que vivem naquela região, é rotineira no cotidiano dos sujeitos.

Assim, gradativamente, o locutor vai engenhosamente articulando os sentidos dos enunciados e estabelecendo um vínculo com seu interlocutor virtual, o leitor da revista que, apesar de estar distante, continua sendo um público atento às reportagens da publicação.

Por meio de estratégias discursivas cuidadosamente construídas, o alocutário vai sendo levado a relacionar os dizeres transcritos na reportagem, com já-ditos em outros lugares e que são resgatados por sua memória discursiva. É nesse sentido que o alocutário da entrevista acaba inferindo naquilo que o sujeito diz, o que ele não fala na superfície, mas que igualmente constitui os sentidos de suas palavras (o não-dito) (ORLANDI, 2005, p. 59).

Observa-se, ainda, nos discursos recortados, que a infância de Mateus está representada a partir de uma ideia de infelicidade expressa nos sintagmas nominais *barraco, pequeno, pobre, paupérrimo*. Tais sintagmas ajudam a construir os sentidos do texto que apontam para a formação discursiva da miséria.

Segundo Orlandi (2005, p. 59), a AD não busca o sentido verdadeiro, mas o real do sentido, presente em sua materialidade linguística e histórica. Por isso, todo enunciado é passível de torna-se outro, através da interpretação.

Assim, as marcas ideológicas presentes no decorrer do discurso são responsáveis por estabelecer as condições de produção do texto a partir das imagens que o jornalista/locutor e o leitor/alocutário atribuem um ao outro: enquanto o leitor acredita na confiabilidade das reportagens divulgadas pela revista, considerando o profissionalismo de seus autores, o jornalista tem conhecimento de que escreve para um público amplo e variado, capaz de refletir e produzir novos significados.

Apesar de o discurso ser organizado tendo por base um tema recorrente (a miséria é um tópico que se reproduz em um contexto do já-dito), é constituído como um novo

instrumento dialógico a partir de processos variados, conforme visto na análise, até o momento, apresentação de estatística e quadros históricos. Esse modelo vai se repetindo ao longo de todo o texto, constituindo-se em estratégia de construção que articula os sentidos estabelecidos pelo leitor. É o que se vê no recorte que se segue:

MODELO CONCENTRADOR - O Brasil gasta 21% do produto interno bruto na área social, mas os pobres ficam com a menor fatia desse dinheiro. (Veja, 2002, p. 84).

Reitera-se no discurso acima o uso de dados estatísticos que conferem ao texto um sentido de confiabilidade. Associa-se a esses dados os sintagmas *pobres e menor fatia*, que reforçam a idéia construída, pelo locutor, de desigualdade na distribuição de renda do país. Ao citar esses exemplos, o sujeito do discurso se utiliza de um já-dito anteriormente, faz uso de dados e informações que não são exclusivamente suas, constituindo um processo de transferência de sentidos e atualizações.

É importante lembrar que as imagens e os discursos funcionam, na imprensa escrita, como organizadores de todo um imaginário social, que resultam no modo de pensar de uma sociedade. É por essa razão que os discursos não são inocentes.

O contexto histórico presente no decorrer do discurso constitui parte de seu sentido, pois, entendendo o discurso como produto de um *aparelho ideológico do estado*, conforme a concepção de Althusser, através do qual ocorrem os embates entre posições diferenciadas, ele passa a ser historicamente construído:

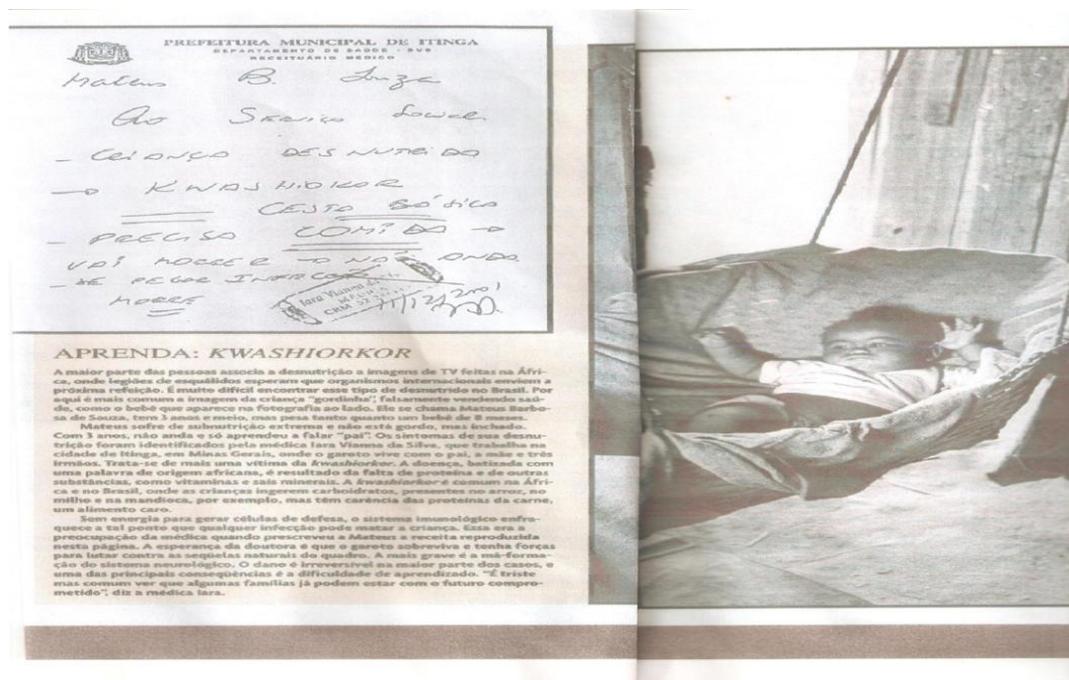
O Brasil passou por uma transformação admirável nos últimos 25 anos. Comparando a 1977, quando se analisam alguns indicadores, nem parece que se trata do mesmo país. (Veja, 2002, p.84).

Ao citar estes dados importantes, evidenciado o crescimento econômico do país, embora o locutor queira passar uma imagem de distanciamento do poder institucionalizado, por outro lado acaba perpetuando, por meio dos índices que compara e veicula, a ideologia de enaltecimento do aparelho estatal : “O Brasil passou por uma transformação admirável nos últimos anos”. Retoma, nesse sentido, uma ideologia que perdurou durante muitos anos, no país, associada aos regimes da Ditadura militar: o Brasil dos grandes milagres econômicos,

das grandes obras então denominadas “elefantes brancos”, orgulho do poder estatal. Nesse sentido, tem-se um locutor assujeitado pela formação discursiva que reproduz o poder do estado, colocada em relação no texto, porque enuncia a partir do discurso do enaltecimento do milagre econômico, muito reproduzido no país em outra época histórica.

No recorte que se segue observa-se a continuidade de um discurso que realça a situação de anormalidade na vida das crianças, adicionando fatos cujos conteúdos são marcantes, onde as crianças surgem em meio a cemitérios de ossos, desnutridas ou dormindo no chão sobre palhas entrelaçadas, formando uma cama. Esses recortes confrontam o leitor com o mundo de dor e sofrimento, fazendo-o refletir e questionar e retirando-o da suposta estabilidade em que vive:

A doença atinge crianças que, privadas da proteína encontrada no leite materno, num primeiro momento, e mais tarde na carne, se alimentam basicamente de carboidratos. Numa etapa inicial, o mal produz fadiga, irritabilidade e letargia. O quadro inclui diarreia, anemia e retardamento motor. Mateus, por exemplo, não anda. Não tratada, a doença evolui, a imunidade do paciente cai e corpo incha. Aparentemente ele está apenas gordinho. É nessa fase que se encontra Mateus. (Veja, 2002, p. 82).



Os discursos e as cenas recortados anteriormente mostram uma realidade, chocante para o leitor que se encontra diante de uma situação limite vivida por milhares de crianças. A

miséria brasileira, resultante de uma injusta distribuição de renda, não é desconhecida pela sociedade. Muito se tem discutido sobre o assunto, principalmente por afetar a infância brasileira. Essa atualidade é delimitada por dispositivos que realizam um efeito de aproximação entre o tempo da informação (janeiro de 2002) e o momento da leitura do discurso, como, por exemplo, o uso das imagens obtidas através da fotografia.

Embora articule os discursos em 3ª pessoa, que garante um efeito de distanciamento da cena enunciativa, o uso das imagens recortadas do acontecimento externo (espaços visualizados) produzem, no processo de veiculação, efeitos conhecidos por *realidade* e de *verdade*. O efeito de realidade é representado quando o locutor retira do mundo o acontecimento, dando a impressão de que o veicula tal e qual (CHARAUDEAU, 2006, p. 110-11). Portanto, quando o alocutário vê determinadas imagens fotografadas a partir de enquadramentos específicos, câmeras posicionadas para captar rostos em *close*, na verdade o que observa são construções específicas de um real, segundo o valor de verdade que o locutor quer obter e que obtém a partir da adesão do alocutário às verdades que promulga.

Embora a existência de situações de miséria seja fato conhecido no país, o efeito de verdade é obtido por meio de estratégias que tornam visível o que antes não era percebido (CHARAUDEAU, 2006, p. 111). Esse efeito é criado a partir da visão do sujeito em relação ao mundo, confrontado com as fotografias que lhe mostram o universo dessa miséria, criando uma adesão ao que lhe é proposto. Nesse processo, o locutor da reportagem compartilha o seu universo de pensamento com outras pessoas, que estão circunscritas nas mesmas normas de reconhecimento do mundo. Desse modo, quando a revista *Veja* produz um discurso de denúncia, como o que constrói por meio dos discursos recortados acima, o faz para receber imediata adesão do telespectador. Para obter essa adesão, ela cria um dispositivo que mede as influências psicossociais (CHARAUDEAU, 2006, p. 49), “mexendo” com o emocional do alocutário.

Desse modo, todos os discursos e imagens fotografadas veiculados pela matéria foram criteriosamente selecionados para compor o texto, obedecendo, ao propósito orientador dado ao acontecimento. Interessante é observar que a matéria foi veiculada em uma época próxima do período eleitoral, quando os brasileiros se preparavam para escolher um novo Presidente da República. Ora, em 2002, quem ocupava o Palácio do Planalto era o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, ao colocar em foco o problema da miséria e tratá-la como

um paradoxo vivido por uma nação rica, o que a revista *Veja* faz é traçar uma crítica sutil, porém incisiva ao governo, sugerindo ao locutário a incompetência e o descaso desse governo na resolução dessa miséria. O não-dito, o que está implícito nesses discursos, é a sugestão de mudança:

Não se sabe ainda quais serão os candidatos a presidente, mas já se sabe qual será o maior desafio do novo governo: reduzir esse contingente de padrão africano. Desde já, é bom para os candidatos decorarem a palavra *kwashiorkor* e seu duro significado na vida de milhões de brasileiros. (*Veja*, 2002, p.85)

Fica a sugestão os candidatos ao governo neste ano de eleições presidenciais. (*Veja*, 2002, p. 91).

Seguida essa breve crítica, o locutor trata de elaborar um elogio ao governo, pois ao mesmo tempo em que, precisa organizar os efeitos discursivos para atingir o leitor, incentivando ao questionamento e à mudança, também não pode se indispor frontalmente com o poder constituído:

O governo conseguiu realizar até mesmo uma façanha quando criou a Comunidade Solidária, pilotado pela primeira-dama Ruth Cardoso. O projeto eliminou as repartições-balcão da área social, como a Legião Brasileira de Assistência ou o Ministério do Bem-Estar Social. Em vez da corrupção, surgiu a figura da parceria entre os três níveis de governo e as organizações da sociedade civil. (*Veja*, 2002, p. 89).

Observa-se, no recorte acima, a existência de um paradoxo, no discurso do locutor, semelhante ao que dá título à reportagem. Ao mesmo tempo em que critica a atuação governamental, mostrando imagens de crianças desnutridas e construindo discursos que sugerem ao locutário mudanças, por outro lado, articula discursos que enaltecem algumas ações governamentais, garantidos pela presença do sintagma *façanha*. Tais construções discursivas paradoxais acabam por influenciar na constituição da opinião pública. As imagens e os discursos funcionam como organizadores de todo um imaginário social, que resultam no modo de pensar de uma sociedade. É nesse sentido que eles também são responsáveis pela construção social dos sujeitos. A fragmentação e a contradição, portanto, serão parâmetros na construção da opinião pública dos leitores dessa reportagem.

Diante disso, vemos que o discurso do locutor do texto é construído de forma paradoxal, utilizando-se de estratégias para atingir e sensibilizar o leitor-alvo da notícia a

partir de recortes selecionados de citações e estatísticas, impondo imagens de crianças dominadas por um cenário de miséria e abandono por parte das autoridades constituídas.

No que diz respeito à informação, o locutor apresenta o problema evidenciando que a organização textual se processa através de escolhas, portadoras de valores ou “efeitos de verdade”, ou seja, técnicas de comentar o mundo para assegurar a credibilidade.

É nesse contexto de ideologias e poder da classe dominante que a revista aciona as estratégias adequadas para convencer seu público da verdade divulgada em suas páginas, deixando a responsabilidades para os leitores que, através do voto podem mudar o panorama econômico-social do país.

O discurso do *corpus* também adquire sentido a partir do interdiscurso e da memória, os quais retomam ideologias, presentes em cada enunciação do texto. A memória irrompe em certos discursos já-ditos, conforme o que se vê a seguir:

“Os recursos sociais deveriam ser apropriados pelos pobres, mas acontece justamente o contrário”, afirma Camargo. Fica a sugestão aos candidatos ao governo neste ano de eleições presidenciais.

Se o Brasil adotasse o modelo proposto por Camargo apenas no campo da educação, ou seja, se concentrasse as despesas no ensino básico e deixasse de lado os gastos com as universidades federais, talvez conseguisse operar uma pequena revolução (Veja, 2002, p.91).

Na voz do professor Camargo, encontramos a existência de outros enunciados, já-ditos, resgatados pela memória desse sujeito, tais como: “o governo deve zelar pelos menos favorecidos”, “a renda precisa ser mais bem distribuída”, “perante a lei, todos são iguais”. Sem que perceba, o sujeito acaba reproduzindo antigas ideologias, presentes em discursos enfaticamente repetidos por políticos em época de campanhas eleitorais. São discursos que se ancoram na formação discursiva dos direitos humanos e da igual oportunidade para todos.

É interessante observar que ao dar voz ao professor Camargo, da PUC, do Rio de Janeiro (seu discurso é publicado em primeira pessoa), o locutor confere credibilidade ao enunciado, ao mesmo tempo em que se exime da responsabilidade do que está sendo dito (foi o professor Camargo quem disse). A voz do professor, nesse sentido, é o de um sujeito autorizado pelo poder a promulgar certos regimes de verdade (“Se o Brasil adotasse o modelo proposto por Camargo [...]”). Nesse discurso a voz do professor Camargo funciona a partir de

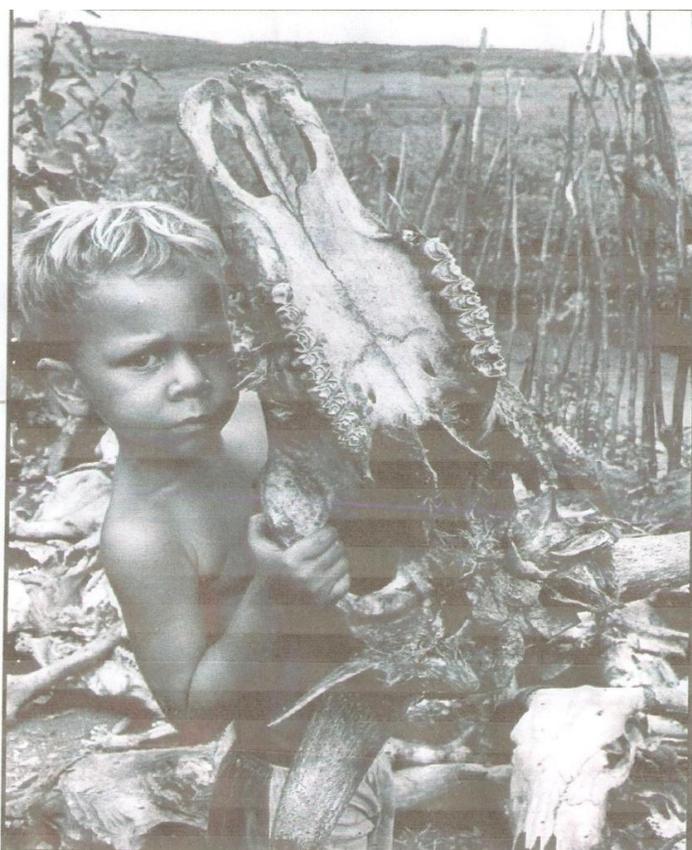
um lugar social por ele ocupado, que é o de um *expert*, autorizado pelo conhecimento científico que possui. Ora, ele é um professor e fala a partir do lugar da educação.

Reconhece-se, ainda, a existência de um ideário desse sujeito, que projeta expectativas em torno de um futuro melhor para os mais pobres, ancorado na educação: “Se o Brasil adotasse o modelo proposto [...] apenas no campo da educação[...]”.

A cruel realidade das crianças, nascidas em meio à miséria, é reiterada em vários recortes, conforme se observa no que se segue:

BOLSÕES DE POBREZA

Metade dos miseráveis brasileiros vive no Nordeste, geralmente na zona rural de cidades muito pequenas. Nesses bolsões de pobreza assolados pela seca, falta comida e não há trabalho para todo mundo. Em muitos casos, a única fonte de renda das famílias provém da venda de ossos aos comerciantes que usam o “produto” como matéria prima de ração para animais. (Veja, 2002, p. 82).



veja 23 de janeiro, 2002 83

(Veja, 2002, p. 83)

O recorte demonstra que o pouco trabalho encontrado nas regiões críticas de pobreza é disputado por adultos e crianças, os quais tentam sobreviver mesmo à base da exploração contínua da produção infantil. Nesse contexto, o sujeito-locutor faz a seleção de um conjunto de sintagmas que, reunidos, enfatizam o sentido negativo do discurso: *miseráveis, bolsões de pobreza, assolados, seca, falta comida, ossos*. O uso de cada vocábulo relaciona-se à formação discursiva da miséria, característica de muitas regiões do país, mas encontrada com mais frequência no Nordeste.

Ao basear-se em definições sociais estabelecidas por estudiosos que classificam a parcela mais baixa da população, nas categorias de pobres e miseráveis, o sujeito-locutor ratifica tal divisão, demonstrando que a situação econômica e social do país é bem mais complexa do que aparenta. É o que se observa no recorte que se segue:

Para efeito estatístico, no entanto, os estudiosos chegaram a uma definição quase matemática sobre o que são miséria e pobreza. Conseguiram estabelecer duas grandes linhas. Uma delas é a linha de pobreza, abaixo da qual estão as pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário. Isso num cenário em que educação e saúde são fornecidas de graça pelo governo. Outra é a linha de miséria “ou de indigência”, que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades: a alimentação. (*Veja*, 2002, p. 84).

Os discursos presentes no decorrer da reportagem evidenciam, também diferentes formações discursivas: política (“a educação e a saúde são fornecidas de graça pelo governo”), econômica (“linha de pobreza, abaixo da qual estão as pessoas cuja renda não é suficiente”) e social (“sobre o que são miséria e pobreza”). Observa-se ainda o discurso da educação e da saúde. Nesse sentido, as formações discursivas compreendem blocos de demarcação complexos, determinando os objetos, conceitos e teorias adequadas a determinados contextos.

Observa-se, também, uma série de discursos profetizados por vozes autorizadas pelo poder, encarregadas de promulgar regimes de verdade:

“Mais do que uma consideração de ordem econômica, a dívida social é moralmente inaceitável, e por essa razão tem de ser saldada”, afirma o deputado Delfin Netto (PPB/SP). (*Veja*, 2002, p. 87).

[...] o primeiro ministro inglês Benjamin Disraeli (1804-1881). “Somos dois países em um só território”, dizia ele, para justificar o ímpeto igualitário da reforma social que marcou o seu governo. (*Veja*, 2002, p. 88).

“Impostos para erradicar a pobreza tiram a competitividade das empresas, diminuem o potencial de crescimento do país, reduzem a renda e o número de postos de trabalho”, afirma o ex-ministro Maison da Nóbrega. (*Veja*, 2002, p. 90).

[...] o presidente Fernando Henrique Cardoso, concluiu seu raciocínio com a seguinte frase: “Houve uma melhoria muito pequena na distribuição de renda, muito pequena”. (*Veja*, 2002, p. 93).

Tal como quando dá voz ao Professor Camargo, observa-se, nesses enunciados, a existência de um conjunto de posições dos sujeitos, que estão condicionados a discursos de doutrina, legitimados ideologicamente. Esses sujeitos, aqui interpretados sob a condição de *vozes legitimadas*, articulam seus discursos a partir de uma posição social que lhes confere o direito de *poder dizer*, como representantes legítimos do poder público e da sociedade organizada. São discursos que ganham um significado a partir do lugar ou do *status* que esses mesmos sujeitos ocupam na sociedade. Desse modo, nas proposições recortadas, tem-se sujeitos que falam a partir do lugar social de representantes do discurso do poder público.

Reconhece-se, nesses discursos, um conjunto de *relação de forças*, de natureza hierarquizada e que se sustenta no poder dos diferentes lugares sociais ocupados por esses sujeitos que se expressam condicionados ao lugar que ocupam socialmente.

Em outro sentido, os sujeitos desses discursos encontram-se assujeitados pelas formações discursivas as quais pertencem, porque enunciam de um lugar social que determina o que pode e deve ser dito em determinada situação social. Nota-se que os sintagmas utilizados nesses discursos, tais como *divida social*, *moralmente inaceitável*, *erradicar*, *potencial e melhoria* são ideologicamente pensados e cuidadosamente inseridos no contexto dos acontecimentos discursivos. Observa-se, portanto a existência de um jogo discursivo, definido por meio das formações discursivas que emergem a partir de um contexto ideológico, marcando o que pode ou não ser dito em determinadas situações.

O discurso que se segue evidencia a preocupação não só dos governos, mas de outros órgãos em relação ao problema enfrentado por crianças, jovens e adultos. Assim, o governo tenta estabelecer uma proteção através de programas sociais:

Em vez da corrupção, surgiu a figura da parceria entre os três níveis de governo e as organizações da sociedade civil. Graças ao Comunidade Solidária e ao chamado terceiro setor, a assistência social vive um momento especial. (veja 2002 p.89).

Observa-se nos enunciados recortados a preocupação com a pobreza, não apenas do Governo, mas de outras organizações sociais e instituições não-governamentais que a tomam ao seu encargo (“[...] os três níveis de governo e as organizações da sociedade civil.”). Esses organismos passam a preocupar-se com vários setores da vida social. Na prática, associa-se a ação do governo ao domínio em todas as esferas sociais, tais como a educação, a saúde, além do controle dos números estatísticos de grupos representativos, que formam parte dessa população.

Manifesta-se, na prática, a ação governamental, que tem na população seu alvo principal. O exercício de poder está presente entre o Governo – na forma como estabelece os programas sociais e legislações de proteção– e a população alvo, objeto desse poder. O objetivo verdadeiro da ação governamental tem o sentido do controle dos alvos dos programas: a população pobre.

A partir do momento que o estado toma sob sua responsabilidade o bem estar da população, surgem as vozes dos especialistas – *experts* - para gerenciar a disciplina. Esses especialistas constituem vozes autorizadas socialmente através do conhecimento científico, sendo de sua responsabilidade a formação de regimes de verdade acolhidos pela sociedade. Esses discursos normalmente amparam-se também em dados estatísticos, conforme se observa no recorte a seguir:

A mesma garantia por dez anos reduziria a pobreza em 13%. “desarmar os mecanismos que concentram renda no Brasil é o único caminho para tirar as pessoas da linha de miséria e construir um modelo de sociedade mais justo”, lembra o economista Marcelo Néri, estudioso da Fundação Getúlio Vargas. (veja 2002 p.93).

Em geral, cada um percebe a miséria por sua experiência pessoal, como definiu a americana Mollie Orshansky, uma das maiores especialistas no assunto: “a pobreza, tal qual a beleza, está nos olhos de quem a vê”. (veja 2002 p. 84).

“O fato de reunir tanta miséria faz do Brasil um caso singularíssimo”, afirma o economista Edmar Bacha, responsável nos anos 70 pela criação do termo Belíndia, usado para definir um país onde convivem a riqueza belga e a miséria indiana. (veja 2002. p.88).

É interessante notar que a voz desses *expertises* ao promulgar regimes de verdades, acaba, na maioria dos casos, por justificar as práticas sociais e as políticas públicas adotadas pelo poder. É o que se vê no primeiro recorte no enunciado do economista Marcelo Néri. A revista *Veja*, nesse sentido, é uma grande produtora de regimes de verdade.

A maior parte das pessoas associa a desnutrição a imagens de TV feitas na África, onde legiões de esqueléticos esperam que organismos internacionais enviem a próxima refeição. É muito difícil encontrar esse tipo de desnutrido no Brasil. Por aqui é mais comum a imagem da criança “gordinha”, falsamente vendendo saúde como o bebê que aparece na fotografia ao lado. Ele se chama Mateus Babosa de Souza tem 3 anos e meio, mas pesa tanto quanto um bebê de 8 meses. (*Veja*, 2002, p. 90).

Mesmo sendo produzido em condições heterogêneas, é possível encontrar nesse recorte um conjunto de elementos de uma mesma formação discursiva que se identifica com a fome.

Dentre os fenômenos da heterogeneidade mostrada, as aspas representam um sinal a ser decifrado pelo alocutário, marcando as palavras do locutor para não haver confusão com as palavras do sujeito-autor:

Em muitos casos, a única fonte de rendimento das famílias provém da venda de ossos aos comerciantes que usam o “produto” como matéria prima de ração para animais (*Veja*, 2002, p. 82).

Nesse fragmento, as aspas funcionam como substituto para o sintagma “ossos”, questionando o caráter apropriado da palavra, mostrando uma linha de demarcação estabelecida entre a formação discursiva da fome e seu interior. Conforme Cardoso (1999, p. 66), o valor semântico e a eficácia das aspas devem ser conhecidos do produtor textual, leitor e autor, pois só podem ser interpretadas em um contexto específico. Por isso o caráter imprevisível da aspa simula aquilo que é legítimo, mantendo o termo à distância, conforme se observa no recorte seguinte:

Ocorre que, entre nossos “colegas de fome”, digamos assim, a renda per capita varia entre 15% e metade da renda brasileira (*Veja*, 2002, p.86).

Neste caso, a expressão entre aspas remete à população pobre da África, construindo um sentido de ênfase e podendo, até mesmo, ser interpretada de forma irônica. O mesmo ocorre no fragmento: “[...] por aqui é mais comum a imagem da criança ‘gordinha’ falsamente vendendo saúde” (Veja, 2002, p. 90), onde o valor das aspas ganha um sentido de ironia, indicando que o sintagma usado tem um significado oposto ao seu sentido real.

No enunciado “[...] com a chamada “inflação inercial”, que impedia que ela ocorresse” (Veja, 2002, p. 92) as aspas pedagógicas ficam evidentes. Além de manter o termo aspeado à distância, o locutor deixa implícito que este é um jargão criado pelo discurso dos economistas, portanto utilizado apenas por um grupo específico de sujeitos.

Nos recortes que se seguem, encontramos o que Cardoso (1999, p. 78) chama de reformulações metadiscursivas. Estas ocorrem quando o enunciador exerce sua capacidade metalinguística, reformulando o que foi dito através de metapredicações de identificação, como nas expressões *reforçando que, isto é, isso significa que, etc.*

Reforçando, para evitar confusão: a pobreza no Brasil é formada por dois grandes grupos. Há 30 milhões de pessoas vivendo com extrema dificuldade, donas de uma renda mensal *per capita* inferior a 80 reais. (Veja, 2002, p. 84)

Significa dizer que, a pesar de não se tratar de uma nação pobre, perpetua-se um fosso gigantesco entre a base e o topo da pirâmide. (Veja, 2002, p. 93)

Há incidência, também, nesses recortes, de reformulações parafrásticas, construídas a partir da leitura de dados estatísticos e opiniões de especialistas, cujo efeito de sentidos é de colocar o locutor em posição de exterioridade, em relação ao discurso. A paráfrase é o dizer a mesma coisa, de maneira diferente e está ao lado da estabilização, da memória discursiva.

Embora produzidas sob condições heterogêneas, tais formulações estão vinculadas à mesma rede de sentidos, às formações discursivas da pobreza e da miséria, o que pode dar uma falsa idéia de homogeneidade, uma vez que remete a um mesmo discurso originário. Tem-se que considerar, entretanto, que tais formulações foram produzidas sob condições *heterogêneas* de produção, daí a falsa idéia de homogeneidade desse discurso.

O discurso citado é outro recurso utilizado pelo locutor da reportagem, cujo efeito de sentidos é indicar a presença do outro. É uma estratégia usada pelo locutor para conferir

credibilidade ao que enuncia e, ao mesmo tempo, eximir-se da responsabilidade pelo que é dito como se observa em “[...] uma das maiores especialistas no assunto: “ a pobreza, tal qual a beleza, está nos olhos de quem a vê” (Veja, 2002, p.84); “[...] Fernando Henrique Cardoso concluiu seu raciocínio com a seguinte frase: “ouve uma melhoria muito pequena na distribuição de renda, muito pequena”. (Veja, 2002, p. 93).

O uso de todos esses discursos diretos no texto representa, portanto, uma ruptura com os outros elementos linguísticos do discurso, oferecendo mais veracidade ao que está sendo dito. Em todos esses discursos é possível diferenciar dois locutores (o autor do texto e a autoridade, ou voz autorizada) e apenas um sujeito falante para as duas enunciações: locutor 1 – responsável pelo enunciado total e locutor 2 – responsável apenas pelos discursos entre aspas.

Entendo que o sujeito pode se desdobrar em vários outros, assumindo lugares e papéis diferentes, de acordo com o contexto comunicativo, o discurso indireto representa um fenômeno da heterogeneidade mostrada, inserido pelo locutor para assegurar a coerência e unidade textual:

Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os miseráveis representavam, 25 anos atrás, alguma coisa em torno de 17% da população. (Veja, 2002, p. 84).

O que ocorre nesse discurso é a incorporação da fala de um segundo locutor (o Instituto de Pesquisa), por meio de recursos linguísticos, constituindo uma paráfrase da enunciação citada. Nela o locutor apenas informa o que as autoridades dizem, a respeito da miséria no Brasil, agravada pela ausência de um bom sistema de educação.

Reconhece-se, também, na construção dos enunciados da reportagem a utilização de alguns elementos linguísticos, tais como alguns conectivos estudados pela AD. Dentre eles identificamos o *mas* que tem uma importância central devido a sua ligação com o implícito. Segundo Cardoso (1999 p. 73), representa um caso de polifonia onde dois enunciadores estão presentes no discurso. É o que se observa no enunciado “[...] a doença de Mateus não é apenas um drama familiar, mas o retrato de uma tragédia nacional: a miséria” (Veja, 2002, p. 84).

O uso do *mas*, nesse enunciado, revela dois enunciadores, na medida que contrapõe a perspectiva do locutor a de um enunciador. No discurso acima é possível diferenciar dois enunciadores: *E1*: relacionado aos enunciados estritos (drama familiar); *E2*: contrapõe-se ao *E1*. O uso desse conectivo dá ao enunciado um efeito de sentido que o torna mais amplo, a partir da abertura do problema, envolvendo um contexto mais generalizado:

E1: a doença de Mateus não é apenas um drama familiar

E2: mas o retrato de uma tragédia nacional: a miséria

Tal estratégia discursiva se repete em muitos pontos do texto.

Conforme observamos anteriormente, a imagem fotográfica é outro recurso, usado na reportagem, para criar efeitos de sentidos, dispositivo bastante utilizado na construção da opinião pública.

No decorrer da reportagem, o discurso é complementado com fotos ilustrativas das condições precárias em que vivem essa infância pobre. A imagem inserida na página 87 apresenta ao leitor dois meninos seminus, deitados no chão, sobre um entrelaçado de palhas como cama. Logo abaixo da ilustração podemos ler o seguinte trecho:



Veja, 2002, p. 87

Futuro comprometido

As pessoas que tem até 15 anos representam 30% da população brasileira, mas são 45% do universo de miseráveis. No paupérrimo Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e em varias outras regiões pobres, ela moram em condições extremamente precárias. Muitas vezes, um entrelaçado de palha serve de cama para as crianças. (veja 2002 p.87).

O efeito é assegurado principalmente pela imagem do corpo magro das crianças, seus rostos tristes e o ambiente de pobreza retratado pela lente fotográfica. Essa foto foi criteriosamente selecionada para ilustrar o texto, revelando a complexa vida infantil desses sujeitos, que representam 30% da população brasileira. Sugere também um pressuposto: caso nenhuma mudança aconteça, a miséria brasileira continuará em seu círculo vicioso.

Através da escolha de fotos impactantes, a revista *Veja* articula e direciona as formas de pensar do seu leitor, relacionando complexas estratégias enunciativas a imagens que perturbam. O tratamento dado à temática, pelo locutor, é feito a partir de uma construção selecionada de imagens e discursos, que exibem uma única faceta da realidade social, a do locutor, que constrói a notícia por meio da fragmentação do real, por meio da comparação com outra realidade, completamente heterogênea, que é a miséria africana.

Nessa tarefa, o locutor articula, de um lado, as imagens que interpelam o telespectador pelo sensível, evocando os dramas pessoais de crianças, e, de outro, os discursos impregnados de uma ideologia presente em *vozes autorizadas* pelo poder.

Ao encerrar seu texto, o locutor reafirma a responsabilidade dos futuros candidatos a presidente do país, no que se refere à diminuição da miséria através de investimentos na educação:

A conseqüência econômica da educação é fabulosa. Um trabalho do Ipea mostra que a garantia de escolaridade de 5 anos para toda a população brasileira faria a miséria cair 6%. A mesma garantia por dez anos reduziria a pobreza em 13%. (veja 2002 p. 91 - 93).

O discurso da escola, ou da educação, é outro elemento bastante recorrente no presente estudo. Esse discurso está atrelado ao pensamento de que a infância pobre deve estar ao encargo do governo e de outras instituições sociais. A necessidade da presença do Estado, amparado por uma organizada estrutura jurídica, é reconhecida e enfatizada pelo locutor,

assim como a dos programas de assistência social, articulados num conjunto de direitos sociais criados por políticas estatais. E o locutor enfatiza essa prática, tanto que chama à responsabilidade os futuros candidatos a presidente.

A solução proposta apresenta, por fim, a educação como forma de libertação dos sujeitos, condicionados pela miséria. Uma vez que, na reportagem, o trabalho é mostrado com função de sobrevivência, para as crianças e para seus núcleos familiares, a escola é sugerida como uma instância de libertação dessa condição miserável: a possibilidade de um futuro diferente às crianças e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornarmos à pergunta que deu origem ao presente trabalho: *Como a revista Veja constrói o discurso sobre a pobreza que evidencia a miséria infantil, a partir da matéria publicada em 2002 O paradoxo da miséria*, observamos que, de acordo com a AD de Linha Francesa, o discurso é organizado como expressão do exercício de poder na sociedade contemporânea.

Desse modo, consideramos como fator central de atenção durante esta pesquisa, o confronto entre a teoria e a reportagem estudada, analisando as relações de sentido estabelecidas a partir de um contexto determinado, reproduzindo uma série de formações ideológicas existentes em nossa sociedade.

Dentre outras coisas, notamos a presença das vozes autorizadas, assegurando a existência de regimes de verdades estabelecidos a partir de fatores heterogêneos e vários interdiscursos, os quais atravessaram o discurso produzido pela revista, evidenciados nos dados e estatísticas de instituições de pesquisas, estudiosos, políticos, apontando para elementos construídos anteriormente ao texto, resultados de formulações ideológicas.

Sem eliminar a possibilidade de futuras pesquisas sobre o *corpus* investigado, realizamos um levantamento de alguns conceitos teóricos formulados por estudiosos acerca das relações de poder e ideologia presentes nos discursos da revista. Em seguida, fizemos um levantamento sobre o desenvolvimento social da criança, especificando o surgimento da instituição do colégio, no intuito de observar melhor as relações entre as práticas discursivas ao longo dos anos, interferindo na formação ideológica dos sujeitos.

A análise empreendida no *corpus* mostrou que através da escolha de fotos impactantes, a revista *Veja* articula e direciona as formas de pensar do seu leitor, relacionando complexas estratégias enunciativas a imagens que perturbam. O tratamento dado à temática, pelo locutor da revista, é feito a partir de uma construção selecionada de imagens e discursos, que exibem uma única faceta da realidade social, a do próprio locutor, que constrói a notícia por meio da fragmentação do real. Nessa tarefa, o locutor articula, de um lado, as imagens que interpelam o telespectador pelo sensível, evocando os dramas pessoais de crianças, e, de outro, os discursos impregnados de uma ideologia que perpassa todo o texto construído.

A análise do texto demonstrou, portanto a construção dos efeitos reais de sentido, no discurso de *Veja*, como uma força em movimento, capaz de direcionar os modos de pensar do público leitor, enfatizando problemas sociais da vida no país, por meio da precariedade apontada nas condições de vida da infância brasileira.

Com o encerramento deste estudo, esperamos ter contribuído para ampliar as discussões relacionadas às práticas discursivas que dialogam na sociedade contemporânea, visto que esse diálogo passa pela inserção, desses discursos, na história e pela compreensão das estratégias de construção dos sentidos impostos pela mídia impressa.

Deixamos o *corpus* aberto às novas investigações, pois não se trata de um trabalho fechado. Nesse sentido, existe a possibilidade de novos estudos que venham a contribuir para enriquecer a temática, a partir de novos pontos de vista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: UNICAMP, n.19, 1990, p.25-42.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BIRARDI, Ângela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B. *O Positivismo, os Annales e a Nova História*. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html> Acesso em: 26 jan. 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista*. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 55-83.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário de Língua portuguesa*. 4ª ed.; Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

FOUCAUL, M. *A arqueologia do Saber*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: R.J Forense –Universitária, 1969.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAUAD, Ana Maria. *A vida das crianças de elite durante o Império*. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 137-176.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo. (org.) *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, n.10. Uberaba: Fiube, 1984.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del. (org.). *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 347-75.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PRIORE, Mary del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-54.

REVISTA VEJA. SP: Ed. Abril: ano 35, nº 3, 23 de janeiro de 2002, p.82 – 93.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 376-406.

ANEXOS

SERRA x ROSEANA
O primeiro round

Editora ABRIL - edição 1735
Ano 35 - nº 3 - R\$ 4,90
23 de janeiro de 2002

veja

www.veja.com.br

MISÉRIA

O GRANDE DESAFIO DO BRASIL

A pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros
é uma tragédia que não pode mais ser ignorada

01735
770100 712004
ISSN 0100-7122

Especial

O PARADOXO DA MISÉRIA

O Brasil é o mais rico entre os países com maior número de pessoas miseráveis. Isso torna inexplicável a pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros, mas mostra que o problema pode ser atacado com sucesso

Ricardo Mendonça
Fotos de Pedro Martinelli

No dia 11 de dezembro do ano passado, a médica Iara Vianna da Silva esteve no barraco onde mora o pequeno Mateus Barbosa de Souza, em Itinga, Minas Gerais. O garoto vive com o pai, a mãe e três irmãos no bairro mais pobre da cidade, localizada no paupérrimo Vale do Jequitinhonha. Aos 3 anos e meio, Mateus é vítima de um tipo de desnutrição conhecida como *kwashiorkor*; palavra importada da África, onde a doença foi descrita pela primeira vez no início do século passado. De tão prevalente na África, *kwashiorkor* tem definições em vários dialetos tribais. Num deles, falado em Gana, a palavra designa originalmente a criança que não pode ser alimentada pelo leite materno. Mateus tem a altura de um garoto de 1 ano e 7 meses e o peso de um bebê de apenas 8 meses. A doença atinge crianças que, privadas da proteína encontrada no leite materno, num primeiro momento, e mais tarde na carne, se alimentam basicamente de carboidratos. Numa etapa inicial, o mal produz fadiga, irritabilidade e letargia. O quadro inclui diarreia, anemia e retardamento motor. Mateus, por exemplo, não anda. Não tratada, a

doença evolui, a imunidade do paciente cai e o corpo incha. Aparentemente ele está apenas gordinho. É nessa fase que se encontra Mateus. Nos casos mais graves, podem ocorrer deficiência mental e morte. Mesmo tratada, a criança que teve *kwashiorkor* dificilmente atinge altura e peso normais. Acostumada a diagnosticar casos de desnutrição, a médica entregou à mãe do garoto uma receita com o seguinte teor: "Mateus B. Souza — Ao Serviço Social: Criança desnutrida. *Kwashiorkor*. Cesta básica. Precisa comida. Vai morrer. Não anda. Se pegar infecção, morre".

BOLSÕES DE POBREZA

Metade dos miseráveis brasileiros vive no Nordeste, geralmente na zona rural de cidades muito pequenas. Nesses bolsões de pobreza assolados pela seca, falta comida e não há trabalho para todo mundo. Em muitos casos, a única fonte de rendimento das famílias provém da venda de ossos aos comerciantes que usam o "produto" como matéria-prima de ração para animais.

POR QUE O BRASIL É UM CASO ÚNICO

A miséria espanta em qualquer lugar do mundo, mas no caso brasileiro é moralmente inaceitável porque o país é rico

Países com a mesma faixa de renda per capita do Brasil, entre 3 500 e 6 000 dólares, possuem uma taxa de pobreza muito menor que a nossa	Brasil	34%	Países com taxa de pobreza semelhante à do Brasil, entre 28% e 34%, estão numa faixa de renda per capita muito menor que a nossa	Brasil	4 300 dólares
	Costa Rica	19%		Panamá	2 800 dólares
	México	15%		Botsuana	2 400 dólares
	Chile	15%		República Dominicana	1 600 dólares
	Malásia	7%		Mauritânia	800 dólares
	Bulgária	4%		Guiné	700 dólares

Fonte: Ipes, com base nos dados do relatório do Prud de 1999



MODELO CONCENTRADOR

O Brasil gasta 21% do produto interno bruto na área social, mas os pobres ficam com a menor fatia desse dinheiro. Alguns exemplos

Os 10% mais ricos recebem quase a metade dos recursos distribuídos entre os aposentados

Cerca de 60% do gasto com educação financia as universidades do governo, onde estudam os integrantes do topo da pirâmide

Só 2% das despesas sociais são destinadas a investimentos em saneamento básico

A doença de Mateus não é apenas um drama familiar, mas o retrato de uma tragédia nacional: a miséria. O Brasil passou por uma transformação admirável nos últimos 25 anos. Comparado a 1977, quando se analisam alguns indicadores nem parece que se trata do mesmo país. Nesse período, o produto interno bruto aumentou 85%, o número de domicílios com televisão subiu 150%, o total de residências com telefone triplicou e a frota de veículos mais do que triplicou. Infelizmente, a taxa de miséria permaneceu praticamente inalterada e doenças decorrentes da pobreza extrema, como a de Mateus, repetem-se aos milhares. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os miseráveis representavam, 25 anos atrás, alguma coisa em torno de 17% da população. O índice mais recente divulgado pelo mesmo instituto informa que a taxa de miséria está em 14,5%. Trata-se de uma queda muito pequena diante do amadurecimento social, econômico e político registrado no período. Queda proporcional, diga-se, pois em números absolutos o número de desamparados, incapazes de sair de sua situação sem ajuda, aumentou. Eram 18 milhões há um quarto de século. São cerca de 23 milhões hoje.

Miséria é palavra de significado impreciso, como de resto a maior parte dos termos que se referem à camada menos favorecida da sociedade. O que exatamente quer dizer "pobreza" ou "indigência"? Como identificar um pobre? Como ter cer-

teza de que existem 14,5% de miseráveis, e não 10% ou 20%? Não haveria subjetividade demais nessas estatísticas? Em geral, cada um percebe a miséria por sua experiência pessoal, como definiu a americana Mollie Orshansky, uma das maiores especialistas no assunto: "A pobreza, tal qual a beleza, está nos olhos de quem a vê". Pura efeito estatístico, no entanto, os estudiosos chegaram a uma definição quase matemática sobre o que são miséria e pobreza. Conseguiram estabelecer duas grandes linhas. Uma delas é a linha de pobreza, abaixo da qual estão as pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transpor-

te e vestuário. Isso num cenário em que educação e saúde são fornecidas de graça pelo governo. Outra é a linha de miséria (ou de indigência), que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades: a alimentação. No caso brasileiro, há 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Destas, 30 milhões vivem entre a linha de pobreza e acima da linha de miséria. Cerca de 23 milhões estariam na situação que se define como indigência ou miséria.

Reforçando, para evitar confusão: a pobreza no Brasil é formada por dois grandes grupos. Há 30 milhões de pessoas vivendo com extrema dificuldade, donas de





uma renda mensal per capita inferior a 80 reais. E há mais 23 milhões que vivem ainda em pior situação, sobrevivendo de maneira primitiva. Não ganham dinheiro bastante para comprar todos os dias alimentos em quantidade mínima necessária à manutenção saudável de uma vida produtiva — ou seja, algo em torno de 2 000 calorias. Isso equivale a uma dieta diária que inclui um pão e meio, cinco colheres de arroz, meia concha de feijão, um copo de leite, um bife de 100 gramas, meio ovo e mais três colheres de azeite, óleo de soja, farinha de trigo, farinha de mandioca e margarina. Os miseráveis não têm acesso a essa cesta biológica básica. Esse é o chamado flagelo social. Não se sabe

ainda quais serão os candidatos a presidente, mas já se sabe qual será o maior desafio do novo governo: reduzir esse contingente de padrão africano. Desde já, é bom para os candidatos decorar a palavra *kwashiorkor* e seu duro significado na vida de milhões de brasileiros.

Metade dos que vivem abaixo da linha de miséria mora na Região Nordeste. Quando se calcula apenas a fatia rural da miséria, o Nordeste representa mais de 70% do contingente. Essas são aquelas pessoas que aparecem nas reportagens de TV sobre a seca mostrando o pratinho de feijão que restou na despensa. Os Estados mais pobres do país, em termos proporcionais, segundo levantamento recente feito

MORANDO NO ESGOTO

Ser miserável significa viver de forma absolutamente precária. No Recife, favelas enormes são erguidas em cima de mangues ou rios sem nenhuma condição de segurança e higiene. Quando a maré sobe, o lixo invade os barracos, espalhando dejetos de toda a vizinhança pelos cômodos. A falta de saneamento é responsável pela proliferação de doenças.

PRIORIDADE PARA AS CRIANÇAS

Os menores de idade representam quase a metade do universo de miseráveis brasileiros. Daí por que é importante priorizar os programas sociais para os jovens

IDADE	PARCELA DENTRO DO UNIVERSO DE MISERÁVEIS
Até 15 anos	45%
De 16 a 25 anos	17%
De 26 a 35 anos	14%
De 36 a 45 anos	11%
De 46 a 60 anos	8%
Acima de 61 anos	3%
Idade ignorada	2%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

pelo governo, são Alagoas, Ceará, Maranhão e Piauí. Os que estão mais bem posicionados são Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Determinar a faixa de miseráveis pelo consumo de calorias é um critério internacionalmente aceito. O que varia é o cardápio. Segundo o último estudo disponível sobre o assunto, realizado pelos técnicos da Organização das Nações Unidas, existem 830 milhões de miseráveis no planeta. A doença atinge todos os continentes, com intensidades diferentes. Na Europa, na Oceania e na América do Norte o problema tem escala reduzida, pois a miséria ataca esporádica e temporariamente alguns grupos de imigrantes clandestinos ou algumas minorias, como as tribos aborígenes na Austrália. A situação muda de patamar na Ásia, que concentra 63% dos miseráveis do mundo. O caso mais extraordinário é o da Índia, onde mais de 300 milhões de pessoas vivem em estado de privação absoluta. Em termos proporcionais, o epicentro da miséria mundial é a África. No continente africano, um em cada quatro habitantes passa fome. São 180 milhões de indigentes numa população de 800 milhões de pessoas.

Com seus 23 milhões de miseráveis, o Brasil representa 3% do problema mundial. Pode parecer pouco, mas é uma inserção global três vezes maior do que nossa participação, por exemplo, no comércio mundial, em que o Brasil aparece com menos de 1% do movimento de compra e

venda de mercadorias. Um mergulho qualitativo sobre a questão dá a devida coloração à situação brasileira. Para isso, tome-se o ranking dos países com renda per capita semelhante à brasileira. São eles México, Bulgária, Chile e Costa Rica. Sabe qual tem taxa de pobreza equivalente à brasileira? Nenhum. O pior deles, a Costa Rica, tem proporcionalmente pouco mais da metade do número de pobres do Brasil. As comparações internacionais trabalham com a certeza de que todos os países revelam dados confiáveis. Pode-se olhar a questão sob outro prisma, mas nem por isso o quadro fica menos dramático. Observe-se o ranking dos países segundo o percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Onde está o Bra-

sil? Está ao lado de Botsuana, República Dominicana, Mauritânia e Guiné. Ocorre que, entre nossos "colegas de fome", digamos assim, a renda per capita varia entre 15% e metade da renda brasileira. Ou seja, não importa de que ângulo se olhe, o Brasil é hoje o país mais rico do mundo com a maior taxa de pobreza. A isso se chama injustiça social.

Há razões de sobra, além do óbvio constrangimento moral, para tentar de vez minorar esse problema. Do ponto de vista econômico, a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno. Mas a verdade cruel é que, nas contas macroeconômicas, a questão da miséria ab-





soluta é apenas um detalhe. A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e pouco consome. Ou seja, os miseráveis nem entram na equação econômica de um país moderno. Teoricamente, a economia pode muito bem funcionar sem que se leve em conta sua existência. A economia brasileira se situa entre as dez maiores do mundo e chegou a atrair no ano 2000 investimentos estrangeiros da ordem de 30 bilhões de dólares. Quase metade dos usuários de internet da América Latina concentra-se no Brasil. Depois dos Estados Unidos, é a nação que mais compra aviões executivos e tem a cidade com a segunda maior frota de helicópteros do planeta. No campo da medicina, há hospitais e centros de pesquisa nacio-

nais que servem de referência mundial em áreas como a cardiologia. Todas essas conquistas ocorreram sem que a miséria se tenha retraído no país. É aí que entra a questão ética. "Mais do que uma consideração de ordem econômica, a dívida social é moralmente inaceitável, e por essa razão tem de ser saldada", afirma o deputado Delfim Netto (PPB-SP).

As bolhas de miseráveis parecem ter paredes de aço no país. Parecem inexpugnáveis. Elas sobrevivem intactas, indiferentes aos progressos que o país experimenta a sua volta. Não regridem sequer diante de fenômenos sociais que em outros países e situações históricas foram decisivos para derrotar a pobreza. Entre esses fenômenos está a mobilidade social.

FUTURO COMPROMETIDO

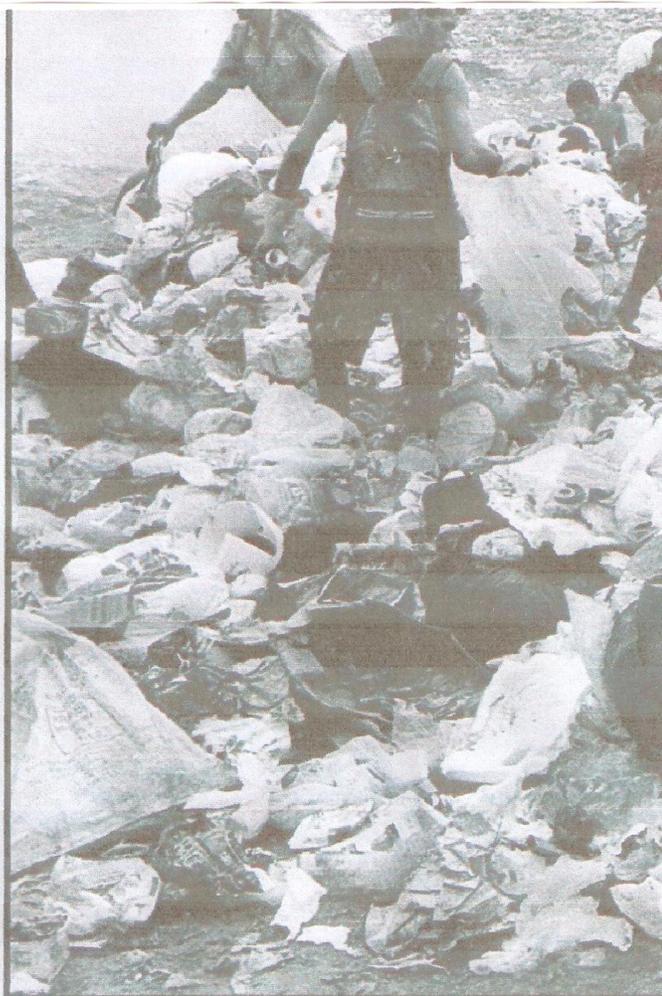
As pessoas que têm até 15 anos representam 30% da população brasileira, mas são 45% do universo de miseráveis. No paupérrimo Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e em várias outras regiões pobres, elas moram em condições extremamente precárias. Muitas vezes, um entrelaçado de palha serve de cama para as crianças.

PROGRESSO PELA EDUCAÇÃO

Quanto maior o nível educacional do pai, maior será também a escolaridade média do filho. Isso mostra a importância de investir nessa área como forma de reduzir as taxas de pobreza

NÍVEL EDUCACIONAL DO PAI	QUANTOS ANOS OS FILHOS ESTUDAM, EM MÉDIA
Nunca frequentou escola	3
Elementar incompleto	6
Elementar completo	8
1º grau incompleto	9
1º grau completo	11
2º grau incompleto	11
2º grau completo	12
Superior incompleto	12
Superior completo	13
Mestrado ou doutorado	14

Fonte: sociólogo José Pastore



O Brasil é um campeão da especialidade — mas nem isso adiantou para bulir com as estatísticas da pobreza absoluta. Nas pesquisas que listam os povos mais empreendedores do planeta, os brasileiros aparecem nos primeiros lugares. A mobilidade social no país está entre uma das mais altas do planeta. Cerca de 80% dos brasileiros que se encontram hoje no topo da pirâmide social tiveram uma origem mais humilde. Eles começaram a vida num patamar inferior e foram subindo vários degraus ao longo da carreira profissional. Por que os miseráveis não entram nessa roda ascendente? Porque não se qualificam sequer para os degraus mais baixos da engrenagem. “O fato de reunir tanta miséria faz do Brasil um caso singularíssimo”, afirma o economista Edmar Bacha, responsável nos anos 70 pela criação do termo Belíndia, usado para definir um país onde convivem a riqueza belga e a miséria indiana. Essa perplexidade diante de uma nação com diferenças tão marcantes entre os mais ricos e os mais pobres já assaltara, no fim do século XIX, o primeiro-ministro inglês Benjamin Disraeli

(1804-1881). “Somos dois países em um só território”, dizia ele, para justificar o ímpeto igualitário da reforma social que marcou seu governo.

A questão da miséria no Brasil tem componentes ainda mais perversos que a simples escassez de recursos — que caracteriza o problema em outros países, especialmente no continente africano. Ela abrange dois grandes paradoxos. O primeiro deles é que, no Brasil da miséria, há comida sobrando. O prêmio Nobel de Economia Amartya Sen explica que alguns países conhecem a fome como resultado da ausência de alimentos. Em outros, a fome é resultado da falta de dinheiro por parte de uma fatia da população. Ásia e África convivem com a fome clás-

sica há séculos. Ali falta comida. A atual produção de alimentos no continente africano está 20% abaixo da registrada na década de 70, quando a população tinha metade do tamanho. No caso brasileiro, no mesmo período, a safra de grãos mais que dobrou. E o preço caiu. Enquanto o Brasil aprendeu que por aqui “em se plantando tudo dá”, Ásia e África conheceram justamente o inverso. Em 1333, a fome matou 4 milhões de chineses numa única região. Em 1770, vitimou pelo menos 10 milhões de indianos. A Etiópia, que virou sinônimo de fome na década de 70, perdeu um terço de sua população na miséria entre 1888 e 1892.

O segundo paradoxo é que nunca se gastou tanto dinheiro na área social e, mes-



mo assim, a situação não melhora. Os governos municipais, estaduais e federal arrecadam na forma de impostos, taxas e contribuições o equivalente a 34% do PIB. De cada 10 reais arrecadados, 6 são investidos na área social. São usados anualmente 21% do PIB em políticas nessa área. Nenhuma outra nação da América Latina gasta tanto. O governo conseguiu realizar até mesmo uma façanha quando criou o Comunidade Solidária, pilotado pela primeira-dama Ruth Cardoso. O projeto eliminou as repartições-balcão da área social, como a Legião Brasileira de Assistência ou o Ministério do Bem-Estar Social. Em vez da corrupção, surgiu a figura da parceria entre os três níveis de governo e as organizações da sociedade civil.

Graças ao Comunidade Solidária e ao chamado terceiro setor, a assistência social vive um momento especial. Um exército de voluntários que já conta com mais de 20 milhões de pessoas ajuda a tornar menos sofrida a vida de doentes, menores e idosos abandonados e os miseráveis. Infelizmente, tal apoio não basta para reverter os indicadores sociais. E por quê?

Uma explicação diz respeito ao desempenho da economia. Há uma ligação direta entre crescimento e movimentação ascendente dos pobres na escala social. Entre 1950 e o fim dos anos 70, fase de crescimento, a taxa de pobreza caiu. Na década perdida de 80 e na década frustrada de 90, a economia se comportou mal e a taxa de miséria subiu.

VIVENDO COMO ANIMAIS

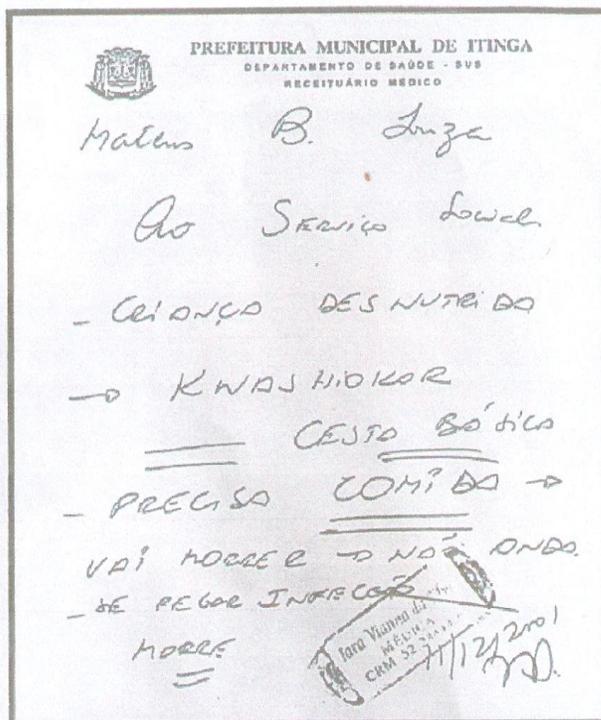
Completamente excluídos das engrenagens de desenvolvimento da sociedade, os miseráveis são reduzidos a uma condição subumana. Seu único horizonte passa a ser a luta feroz pela sobrevivência. No lixão de Valparaíso, a poucos quilômetros de Brasília, há gente disputando os restos com os animais.

Alguns exemplos desse verdadeiro tobo-gã social: na crise do petróleo, de 1979, o total de miseráveis saltou de 22% da população para 24%. Chegou a 25% no auge da recessão de 1983 e atingiu seu ponto mais baixo em 1986, durante o Plano Cruzado, com 9,8%. Como o plano não vingou, a inflação resurgiu e o número de pobres aumentou. A taxa chegou a 21,4% da população em 1990. Com o Real, caiu a um patamar próximo a 15%. Mas desde então se estabilizou. Na prática, o país pouco evoluiu nesse campo em 25 anos. Os estudiosos afirmam que a taxa de miséria só entrará em queda quando a economia voltar a crescer com mais força.

Pesquisadores do governo fizeram várias simulações para averiguar o tipo de impacto sobre a pobreza que o crescimento econômico poderia proporcionar. A conclusão de um desses estudos é que o crescimento, quando associado a um modelo de distribuição de renda, pode transformar por completo uma nação. Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul acharam uma saída por essa via. Nos anos 60 eram países mais atrasados que o Brasil e hoje já estão bem à nossa frente em termos sociais. A fórmula usada nesse período combinou investimentos maciços em educação, saúde e reforma agrária. Quando se fala em distribuição de renda, a inclinação natural de alguns governantes é imaginar a criação de um novo imposto, uma espécie de CPMF da fome. É uma solução perigosamente enganadora. "Impostos para erradicar a pobreza tiram a competitividade das empresas, diminuem o potencial de crescimento do país, reduzem a renda e o número de postos de trabalho", afirma o ex-ministro Mailson da Nóbrega.

Mais relevante que criar outras fontes de receita é discutir o destino do dinheiro que o governo arrecada. O recurso gasto pela área social do governo é insuficiente não porque se desvia, mas porque vigora no país um modelo concentrador reforçado pela Constituição de 1988. O professor José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fez as contas sobre a natureza das despesas sociais (educação, saúde, previdência e assistência social). Do total de recursos gastos com educação, por exemplo, 60% se destinam às universidades estaduais, onde estudam os mais favorecidos. O programa de bolsas de estudo do governo segue no mesmo caminho. Apenas 0,3% do dinheiro fica com os 20% mais pobres. Os 20% mais ricos embolsam 34% do total.

90 23 de janeiro, 2002 veja

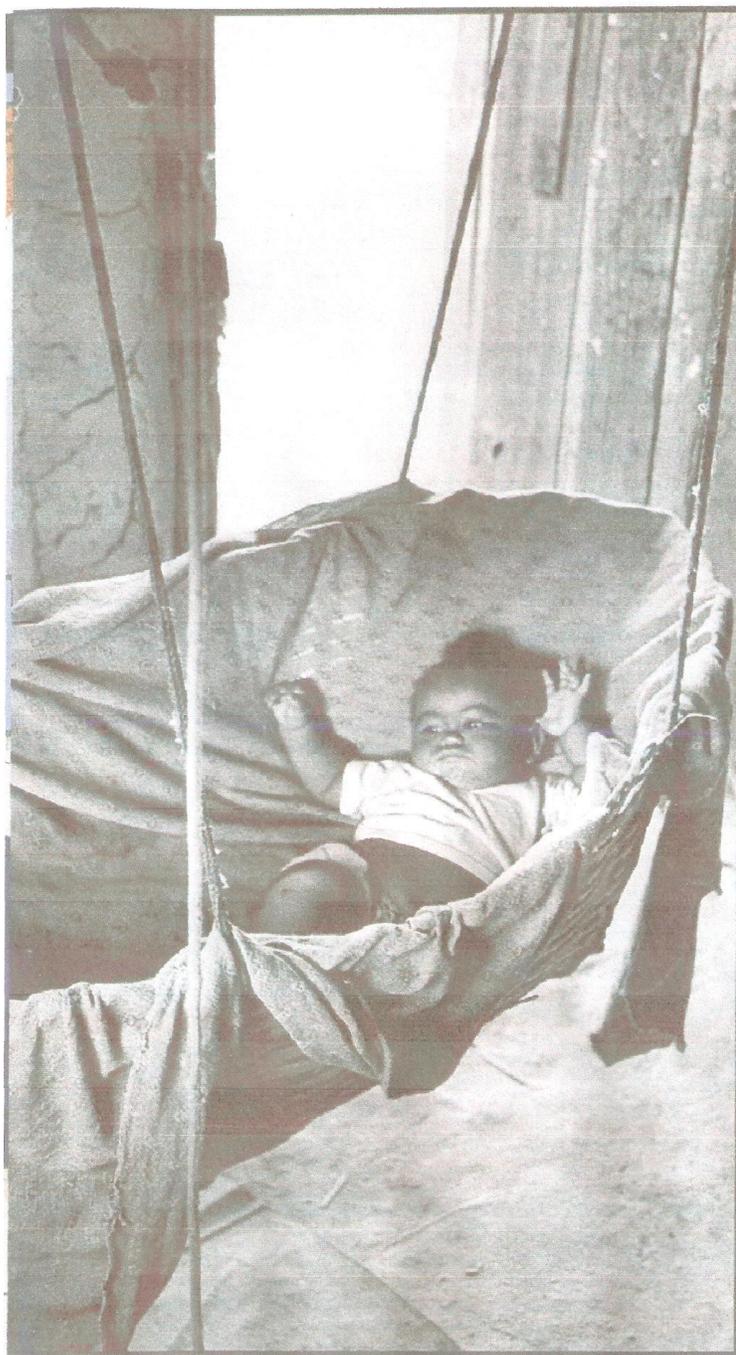


APRENDA: KWASHIORKOR

A maior parte das pessoas associa a desnutrição a imagens de TV feitas na África, onde legiões de esqueléticos esperam que organismos internacionais enviem a próxima refeição. É muito difícil encontrar esse tipo de desnutrido no Brasil. Por aqui é mais comum a imagem da criança "gordinha", falsamente vendendo saúde, como o bebê que aparece na fotografia ao lado. Ele se chama Mateus Barbosa de Souza, tem 3 anos e meio, mas pesa tanto quanto um bebê de 8 meses.

Mateus sofre de subnutrição extrema e não está gordo, mas inchado. Com 3 anos, não anda e só aprendeu a falar "pai". Os sintomas de sua desnutrição foram identificados pela médica Iara Vianna da Silva, que trabalha na cidade de Itinga, em Minas Gerais, onde o garoto vive com o pai, a mãe e três irmãos. Trata-se de mais uma vítima da *kwashiorkor*. A doença, batizada com uma palavra de origem africana, é resultado da falta de proteína e de outras substâncias, como vitaminas e sais minerais. A *kwashiorkor* é comum na África e no Brasil, onde as crianças ingerem carboidratos, presentes no arroz, no milho e na mandioca, por exemplo, mas têm carência das proteínas da carne, um alimento caro.

Sem energia para gerar células de defesa, o sistema imunológico enfraquece a tal ponto que qualquer infecção pode matar a criança. Essa era a preocupação da médica quando prescreveu a Mateus a receita reproduzida nesta página. A esperança da doutora é que o garoto sobreviva e tenha forças para lutar contra as seqüelas naturais do quadro. A mais grave é a má-formação do sistema neurológico. O dano é irreversível na maior parte dos casos, e uma das principais conseqüências é a dificuldade de aprendizado. "É triste mas comum ver que algumas famílias já podem estar com o futuro comprometido", diz a médica Iara.



O SALDO DA DESNUTRIÇÃO

O Nordeste abriga 50% da miséria brasileira. Por causa da desnutrição provocada pela falta de comida, entre outros fatores, observa-se na população uma diferença de estatura em relação às regiões mais ricas. Os dados atuais são os seguintes

	HOMENS (altura média)	MULHERES (altura média)
Nordeste	1,67 metro	1,55 metro
Sudeste	1,72 metro	1,61 metro

Fonte: IBGE

No caso da saúde, a esmagadora maioria dos recursos fica com a medicina curativa e a menor parte dirige-se aos gastos preventivos. Uma parcela ínfima das despesas sociais vai para o saneamento, forma importante de melhorar a expectativa de vida ao nascer e reduzir a mortalidade infantil. A Previdência Social, lembra o professor, é o exemplo mais grave. Só 7% do dinheiro gasto com o sistema de pagamento de aposentadorias fica com os 20% mais pobres. Os 20% mais ricos recebem 30% do total. Camargo arrisca um cálculo: se o Congresso Nacional aprovasse uma reforma na Previdência que eliminasse o déficit do sistema e obrigasse os estudantes ricos das universidades do governo a pagar mensalidade, isso liberaria 50 bilhões de reais para atender os pobres. "Os recursos sociais deveriam ser apropriados pelos pobres, mas acontece justamente o contrário", afirma Camargo. Fica a sugestão aos candidatos ao governo neste ano de eleições presidenciais.

Se o Brasil adotasse o modelo proposto por Camargo apenas no campo da educação, ou seja, se concentrasse as despesas no ensino básico e deixasse de lado os gastos com as universidades federais, talvez conseguisse operar uma pequena revolução. Uma pesquisa recente descobriu que, se o pai não estudou, o filho só fica três anos na escola. Mas, se o pai tiver cursado o ciclo elementar, ainda que sem completá-lo, o tempo de permanência do filho na escola dobra. No limite, filhos de quem fez o doutorado estudam durante catorze anos. A consequência econômica da educação é fabulosa. Um trabalho do Ipea

DESIGUALDADE DE RENDA

A distância entre a renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos em alguns países

Polónia	3 vezes
Japão	4 vezes
Espanha	4 vezes
Índia	5 vezes
Alemanha	6 vezes
Itália	6 vezes
Canadá	7 vezes
China	7 vezes
França	8 vezes
Estados Unidos	8 vezes
Inglaterra	9 vezes
México	13 vezes
Chile	18 vezes
Guiné-Bissau	28 vezes
Guatemala	30 vezes
Brasil	33 vezes

Fonte: Ipea



Escravidão no século XIX: o atraso persiste

A MISÉRIA INERCIAL

Uma das maiores realizações do presidente Fernando Henrique Cardoso no processo de estabilização da economia foi acabar com a chamada "inflação inercial", que impedia que ela ocorresse. Durante os anos 80, os preços eram corrigidos mensalmente com base na inflação calculada no mês anterior. O que acontecia? No mês seguinte, a inflação seria igual à do mês anterior — pelo menos. Estava criado um ciclo vicioso. Quando debatem a estabilidade, os economistas gostam de se referir ao tal "componente inercial" da extinta inflação, que foi destruído. Havia uma dificuldade adicional para matar a inflação: ela já era parte da cultura nacional, como se fosse natural corrigir preços em 80% todos os meses. Essa visão contaminou uma geração.

Pois a miséria, um desafio tão ou mais monumental que a inflação antes do Plano Real, também tem um componente inercial. O problema não foi criado por este ou aquele governo, mas ao longo da história do país, e se avoluma ano a ano. Entre as famílias mais pobres, registra-se hoje uma taxa de natalidade de cinco filhos, maior que a média entre as faixas mais altas da pirâmide social. Perpetua-se assim a pobreza, que cresce num ritmo maior que a capacidade de geração de riqueza e empregos da economia.



FAMÍLIAS SEM ESPERANÇA

As minorias também estão entre as principais vítimas da miséria. Na região do município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, 9 000 índios vivem em condições de extrema pobreza. Eles passam o mês esperando por uma cesta básica doada pela prefeitura e seu patrimônio se resume a lona do barraco, à roupa do corpo e a uma panela velha.

mostra que a garantia de escolaridade de cinco anos para toda a população brasileira faria a miséria cair 6%. A mesma garantia por dez anos reduziria a pobreza em 13%. "Desarmar os mecanismos que concentram renda no Brasil é o único caminho para tirar as pessoas da linha de miséria e construir um modelo de sociedade mais justo", lembra o economista Marcelo Néri, estudioso da Fundação Getúlio Vargas.

Como consequência do emprego inadequado dos recursos, o Brasil aparece todos os anos nas listagens internacionais como um dos países com maior concentração de renda do planeta. Significa dizer que, apesar de não se tratar de uma nação pobre, perpetua-se um fosso gigantesco entre a base e o topo da pirâmide. No país mais rico do mundo, os Estados Unidos, a diferença de renda média entre os 20% mais

pobres e os 20% mais ricos é de oito vezes. Na Alemanha, ela é de seis vezes. Nas nações do Terceiro Mundo, a conta é mais desigual, mas nada se compara ao Brasil. No Chile, a diferença é de dezoito vezes e na Guatemala, de trinta. Pois bem: em solo pátrio, essa diferença é de 33 vezes. Numericamente, isso pode ser traduzido de outras formas: 1% da população, a parcela mais rica, detém a mesma quantidade de recursos que os 50% mais pobres. Outro modo de ver esse problema é tomando como base os 10% mais ricos. Juntos, eles concentram metade da renda nacional.

Um dos métodos mais precisos para aferir o grau de desigualdade social de uma nação é um índice chamado Gini, em homenagem a Corrado Gini, pesquisador italiano que o criou. O Gini brasileiro permanece ruim e inalterado há mais de vinte anos. Há alguns meses, ao avaliar essas estatísticas e fazer um balanço positivo de seu governo nessa área, o presidente Fernando Henrique Cardoso concluiu seu raciocínio com a seguinte frase: "Houve uma melhoria muito pequena na distribuição de renda, muito pequena". Está na hora de mudar isso. Uma saída razoável é valer-se das diferenças na busca da solução. Por que não convocar as melhores cabeças do Brasil-Bélgica para melhorar de vida a porção Índia? Com a palavra, os candidatos. ■

Com reportagem de Luis Henrique Amaral

O primeiro contingente de miseráveis surgidos no país foram os escravos. Mesmo depois da Abolição, eles continuaram vivendo numa situação de pobreza extrema. Essa herança reflete-se até hoje em estatísticas como as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, proporcionalmente maiores entre a população negra. Nos anos 30, o país começou a dar seus primeiros passos para se tornar mais urbano e industrial. O então presidente Getúlio Vargas promoveu mudanças significativas nas relações trabalhistas, o que certamente beneficiou muita gente, mas foi um desenvolvimento seletivo. Quem tinha emprego e estava nas cidades passou a ter a profissão regulamentada e a ganhar 13º salário, entre outros benefícios. Melhorou de vida. Os que na mesma época estavam fora do mercado de trabalho continuaram na pobreza.

A partir dos anos 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil entrou num processo de industrialização convulsiva, simbolizado pelo slogan "Cinquenta anos em cinco". Financiadas pelo Estado, surgiram a malha rodoviária, a indústria automobilística, diversas universidades e as grandes usinas de energia. De 48º PIB mundial na década de 60, o país saltou para a 8ª posição, vinte anos depois. O progresso trouxe alguns efeitos colaterais: aumentou as diferenças regionais entre o Sudeste, onde se concentraram os investimentos da indústria, e o Nordeste, que permaneceu atre-



A seca no Nordeste, em 1963: população estagnada

lado a uma base de economia rural atrasada e sujeita a intempéries como a seca. As faixas mais altas da pirâmide social foram as mais beneficiadas por esse processo de desenvolvimento, que teve seu auge na década de 70. Sua renda cresceu num ritmo mais acentuado que o das camadas pobres. Foi sempre assim. Com uma singela exceção: o período inicial do Plano Real, quando milhões de pobres se beneficiaram do fim do imposto inflacionário e passaram a ter renda mínima para a sobrevivência.